



Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezanove horas e quinze minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

A - VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Nuno Miguel da Costa Gabriel e Luís Miguel Leitão Maurício.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das freguesias de Azeitão), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Sónia Isabel Leal Maurício Martins.



b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes e Ilídio Fernandes Ferreira, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, António Miguel da Costa Ferreira e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentou pedido de substituição, Vitor Manuel Freitas Rosa, conforme documento registado sob o n.º 6, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa, tendo sido substituído por Luis Miguel Pombo de Magalhães Matos, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 8, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Pedro Miguel dos Santos Mourinho Guerreiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 9, arquivado em pasta anexa à presente ata.

d) Faltas

Não houve faltas.

B - PERIODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos três inscrições do público para intervenções (conforme documentos registados sob os n.ºs 10 a 12, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Carla Isabel Viana Rodrigues – Venho de Azeitão e faço parte do grupo Azeitão Eco-consciente e agradeço desde já a Câmara Municipal ter seguido o nosso apelo e vir ter connosco numa reunião sobre os transportes públicos em Azeitão. Obrigada.

Hoje venho falar de outro tema, o arvoredo urbano. A Câmara Municipal de Setúbal está empenhada na melhoria da qualidade ambiental do concelho e sabemos que aderiu ao Pacto de Autarcas para o clima e energia, trabalhou no Plano Municipal para a sustentabilidade energética e clima e tem feito algumas medidas para mitigar e adaptar o território às alterações climáticas.

Como é do conhecimento geral, o arvoredo urbano tem uma importante função nesta matéria, na medida em que reduz a temperatura do ar, é um purificador natural da poluição, reduz o ruído, capta CO₂, retém as águas pluviais, previne cheias e alberga a diversidade. Aqui só um parêntesis para não ser tão pesado, os pinheiros mansos em São Paulo e em Vanicelos albergam uma família de pica-paus, só para perceberem a importância da árvore, também como casa para a biodiversidade e para outras espécies animais.

Quero dar os parabéns à Câmara pela excelente iniciativa de ter recentemente criado um jardim para polinizadores, à semelhança de outros municípios que já têm essa prática em detrimento da relva, apoiamos a medida e sugerimos que ela se replique por muitos outros espaços e canteiros do município. Entretanto quero também dar só algumas notas de situações que têm preocupado os munícipes relacionados com o arvoredo e aqui não falo apenas pelo grupo Azeitão Eco-consciente, falo também por todas as pessoas, setubalenses e azeitonenses, que se têm manifestado preocupados.

A primeira é a desarborização radical que está a ser feita na encosta do Forte de São Filipe, segundo o Geoportal de Setúbal, esta área situa-se dentro dos limites do Parque Natural da Arrábida. Situa-se, igualmente e ainda, dentro dos limites da rede natura 2000. Qual o motivo para o corte passivo das árvores e a destruição daquele ecossistema? Será a estabilização das encostas? Se sim, porque é que estão também a serem cortadas árvores atrás do Forte? Todos sabemos que sem árvores e vegetação arbustiva a arriba torna-se muito instável e será visível quando chover torrencialmente, porque podemos vir, infelizmente, a assistir a rios de lama que vão descer até à estrada. Ou será que o motivo será a questão da proteção civil contra incêndios, cortando apenas os pinheiros ao leptos? Se sim, então porque é que cortaram também oliveiras e podaram drasticamente outras espécies? Estive lá e pude verificar que isso aconteceu.

Setúbal é rodeada pelo rio, mas também pela serra e aquela é exatamente uma porta de entrada para a serra e estamos agora a destruí-la. O que está a acontecer paralela e conseqüentemente ao corte de árvores, há uns anos naquela zona, é o aparecimento de uma espécie altamente invasora, que está mencionada no Decreto-lei das espécies invasoras, é a cana. Estão a surgir muitas canas naquela zona devido ao corte de árvores há uns anos atrás e é preciso eliminá-las quanto anos para que não se espalhem e não basta cortar, têm que ser mesmo arrancadas os seus rizomas. Fica aqui o alerta.

A segunda questão que vos queria trazer é a quantidade de caldeiras de árvores vazias que existem no município. Devem existir aproximadamente ou mesmo a ultrapassar a centena de caldeiras vazias onde deviam existir uma árvore ou onde já existiu, mas que neste momento está vazia. Dando o exemplo, só junto ao porto do Cais 3 contam-se mais de 7 caldeiras vazias de palmeiras.

Situação número três, o abate de árvores na Avenida de Angola junto à Escola Básica do Bocage, algumas árvores foram literalmente eliminadas, desapareceram e não foram substituídas. Convido-vos a pesquisar no Google e irão verificar as sombras que elas faziam em 2020 e neste momento não existem.

Situação número quatro, o novo Parque Urbano da Várzea, foram plantadas mais de 700 árvores, quantas árvores ainda vivem? Quantas não sobreviveram por falta de rega e cuidado após terem sido plantadas? E ainda, neste momento, podemos verificar que existem cerca de 20 árvores sinalizadas com uma fita no tronco, questiono se serão para serem retiradas porque já morreram? Neste mesmo Parque da Várzea, em setembro de 2019, tive conhecimento de um grupo de cidadãos que arregaçou as mangas e deitaram por vários dias consecutivos litros de água às oliveiras que foram transplantadas pois estavam a secar e a morrer.

É certo que as oliveiras tradicionalmente não necessitam deste cuidado, mas numa situação em que foram transplantadas, as raízes não têm a profundidade suficiente para se aguentarem sozinhas no Verão.

Dou, também, os parabéns à Câmara de Setúbal pela iniciativa de alguns anos...

Presidente da Mesa – O tempo já terminou. Peço que resuma, por favor.

Carla Isabel Viana Rodrigues – Então vou resumir. Para terminar queria só dizer que há uma boa notícia que é a entrada em vigor do Decreto-lei 59/2021, o qual vos peço e vos convido a todos a ler. É Lei, não é Decreto, é a Lei 59/2021, onde lá é referido a existência da obrigatoriedade de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo, que não sei se a câmara já tem ou se não tem, mas tem até agosto de 2022 para o fazer e também é referido que deve contratar arboristas certificados até esse momento e, também, é referido a proibição do abate de árvores e outras e contraordenações para o incumprimento. Por fim queria também colocar esta questão, se a câmara tem nos seus quadros ou tenciona contratar arquitetos paisagistas para acompanhar estas situações e as preocupações dos munícipes?

José António Figueira – Obrigado por me darem a oportunidade de colocar aqui alguns problemas. Moro em Azeitão e a primeira questão é que os municípios da margem sul são praticamente abastecidos de água por lençóis freáticos e gostaria de saber, e muitos munícipes gostariam de saber, se o estado desses lençóis freáticos está a ser monitorizado, uma vez que sabemos como é que está o clima. Outra situação, a União Europeia está muito preocupada com a invasão de espécimes autóctones vegetais e animais. Portugal não tem feito muito, mas existem autarquias que estão a fazer um grande trabalho. Já cá tinha vindo uma outra vez e ninguém me soube responder ou não quiseram, não sei. Setúbal está a fazer alguma coisa, não está que eu sei, mas se está a pensar fazer alguma coisa? De todas as maneiras a União Europeia deu dois meses ao Estado português para implementar um plano de controle de espécimes invasoras, se não daqui a dois meses vai colocar o Estado português no Tribunal Europeu e vai acusá-lo. É mais uma pergunta que faço para saber o estado da situação. Todos sabemos que debaixo das árvores está mais fresco e a única maneira de baixar a temperatura é com as árvores, não há outra forma, e aqui, principalmente em Azeitão, que eu conheço, acho que há uma falta brutal de árvores. Há vários projetos, como já referi, nomeadamente na Universidade de Évora onde existe um projeto para arborização de espécimes autóctones. O que temos verificado aqui em Setúbal é que normalmente plantam tudo e mais alguma coisa, mas o único autóctone que plantam é o *celtis australis*, mais nada, ou loendro como arbusto, o resto é uma coisa residual. Gostaria, também, de uma explicação sobre isso. De referir que temos um projeto em que no outono recolhemos bolotas, plantamos em pacotes vazios de leite e de refrigerantes e a ideia é pedir autorização, já contactámos a junta de Azeitão, para os munícipes plantarem as bolotas e cuidarem dessas árvores e sempre há autóctones daqui da Serra da Arrábida. É algo que não envolve dinheiro e nem tem custos para a autarquia. Deixo aqui esta ideia. Muito obrigado.

Celestina Neves – Vinha chamar a atenção da câmara para os seguintes aspetos: Primeiro era um alerta, a construção do Centro de Saúde está a decorrer, mas não existe lá uma informação sobre o projeto, o que é que vai contemplar lá dentro, portanto os munícipes interrogam-se sobre o que é que vai ter, o que é que não vai ter, qual é a área. Julgo que a câmara deveria efetivamente colocar um placard ou um outdoor com a indicação do que ali vai ser feito. Também ter o cuidado, se por alguma razão a obra parar, dar essa informação à população.

Quero, também, perguntar qual é o motivo do atraso das obras dos passeios e das ciclovias da Estrada 379? A obra está muito atrasada, já deveria estar acabada há muito tempo, tenho a certeza que não é por falha da Junta de Freguesia naquilo que lhe compete, portanto julgo que está com um atraso que já nada pode justificar e seria bom, havendo uma razão de peso para tal atraso, a câmara informasse devidamente a população e que efetivamente fosse indicado o término da obra.

Quero, também, saber como é que está a 2.ª fase de Pinhal de Negreiros. Julgo que já deveria ter começado e este é o tipo de intervenção, e estou certa, que com a Junta de Freguesia de Azeitão será fácil executar.

Relativamente ao furo que foi feito no parque novo, o furo está pronto, faltava a casota para a máquina, o furo seria para servir os dois grandes parques, também quero saber o que é que se passa com isso.

Também, muitos me perguntam como é que está o PDM, sei que foi para o Governo para homologação, mas o Governo não é um Governo de gestão e como foi há tantos meses, quero saber se a câmara tem tentado saber qual o motivo do atraso para que se leve tantos meses para homologação ou não.

Aproveitando que está aqui este senhor de Azeitão, que por acaso também estive na Assembleia de Freguesia em que ele falou das árvores e na altura falou das árvores que foram plantadas no parque novo. Aproveito para informar, já que julgo que a câmara não deu a resposta, como sabe naquele parque existem cerca de 200 oliveiras que já lá estavam e as árvores que ali foram plantadas, se reparar foram plantadas ao lado de bancos, ao lado de equipamentos e ali teriam que ser plantadas árvores que fizessem sombra rapidamente.

As azinheiras e os sobreiros que já foram plantados há 10 anos em Azeitão e estou-me a lembrar de um castanheiro que está no rocío ainda está pequeno. Ali havia a necessidade absoluta, até porque já ali havia à volta de 200 oliveiras para criar sombras. Muito obrigada.

Presidente da Mesa – Vamos entrar no período de antes da ordem do dia, mas antes quero fazer aqui duas prevenções, uma é em relação ao controle do tempo e ao rigor das intervenções, a segunda é em relação ao próprio período de antes da ordem do dia que tem uma grande quantidade de temas em documento e vamos ter necessidade de disciplinar. Temos uma restrição, porque o Sr. Presidente da Câmara vai ter que se ausentar às 20h30, vamos fazer o apelo para que nas intervenções orais, interpelações ao executivo, que houver, evitem repetir os temas que depois vão ser apreciados por escrito e que estão aqui já distribuídos na Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara faça favor de dar as respostas que entender ao público.

a) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Em primeiro lugar quero saudar todos os munícipes que vieram à Assembleia Municipal apresentar as suas questões.

Setúbal é um Município Participado e a Câmara Municipal pretende fazer tudo o que estiver ao seu alcance, e creio que todos os eleitos, para que os munícipes de Setúbal possam participar e serem informados. É esse um dos objetivos, um lema do nosso trabalho que procuramos continuar.

Já está a decorrer o projeto “Ouvir a população, construir o futuro”, que é conhecido pela população em geral. Temos uma programação feita e compromissos assumidos, neste caso na freguesia de São Sebastião, e estava já marcada para hoje uma reunião com a população às 21h00 antes da marcação da assembleia. Consideramos que podemos fazer as duas coisas ao mesmo tempo, uma parte do executivo ficará aqui na assembleia e a outra irá à reunião com a população, daí justificar-se ter de me ausentar por volta das 20h30.

Relativamente às questões que foram aqui colocadas, que são muitas e variadas, gostava de transmitir que relativamente à senhora munícipe Carla Rodrigues, que já não é a primeira vez que aqui vem e parece que os seus esforços foram compensados, porque tanto a junta de freguesia, como o executivo municipal participaram numa reunião com os munícipes e tiveram a oportunidade de ter as informações relativamente àquilo que são os projetos e as intenções da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia quanto às questões que foram colocadas.

Quanto a um conjunto de outras questões que aqui foram colocadas e fundamentalmente se hoje tem a ver com a questão do corte de árvores na encosta do Castelo, naturalmente que esta é feita pela Câmara Municipal no sentido de se fazer a limpeza das matas. A informação que tenho é que estes trabalhos desencadeados pela Câmara Municipal foram sempre acompanhados pelos técnicos, pelos serviços do Instituto da Conservação da Natureza e do Parque Natural da Arrábida. A sua questão fica registada e vou colher melhor informação sobre estas questões.

Relativamente à questão das caldeiras, há sempre árvores para substituir, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia vão plantando árvores e por uma razão ou por outra, vivemos num espaço urbano, as árvores



vão desaparecendo de algumas caldeiras. Vamos fazendo, também, um plano de substituição e é isso que acontece com regularidade.

No que se refere à questão das árvores plantadas no Parque Urbano da Várzea, o que lhe propunha era, como aconteceu em Azeitão, que também aqui pudesse haver depois um contacto com a Sra. Vereadora que tem a área dos espaços verdes, poderem ter uma conversa no sentido de aprofundar melhor este conjunto de questões que aqui coloca e podermos até pedir a sua ajuda, porque já percebemos que é uma área que lhe interessa, para continuarmos a falar e termos o privilégio de ter uma relação com os municípios atentos e que nos vão chamando a atenção para os problemas.

Relativamente ao Sr. José António que colocou as questões sobre o aquífero, quero transmitir que, segundo a informação que tenho, porque não sou especialista, mas ouço quem é, a Península de Setúbal tem um dos maiores aquíferos da Península Ibérica e a nossa preocupação é de haver alguns licenciamentos. Como sabe, esses licenciamentos não são da responsabilidade da Câmara Municipal e a avaliação do aquífero com esta dimensão e com esta natureza, também, o seu controlo, a sua monitorização não é da responsabilidade da Câmara Municipal, embora caiba à câmara estar atenta e preocupada com a situação. Temos memória de em determinados momentos, no passado, de alguns aquíferos estarem em processo de salinização e isso são preocupações que temos e que vamos avaliando e que vamos transmitindo às entidades competentes nessa matéria. Agradeço ter trazido aqui esta questão, porque na sequência da questão que aqui coloca a Câmara Municipal vai pedir informação sobre a monitorização a quem tem a responsabilidade de a fazer para oportunamente termos uma resposta à questão que aqui colocou. Por isso é que é tão importante que os municípios também venham aqui e coloquem as suas questões, porque nos ajudam, também, a fazer o nosso trabalho.

Relativamente às questões das espécies invasoras, creio que na área do município, freguesia a freguesia, temos hoje condições de fazer a manutenção e o controlo dessas espécies, que estão identificadas. Na atual descentralização de responsabilidades para as juntas de freguesia, temos melhores condições para acompanharmos mais de perto algumas zonas do concelho que têm esses problemas e que estão identificados que os mesmos continuarão a serem devidamente controlados.

Desconheço essa informação e registo a mesma relativamente ao compromisso do Estado português no que respeita à legislação comunitária, mas fica aqui o registo e naturalmente que averiguaremos essa situação.

Relativamente às bolotas existem duas questões aqui, há determinados espaços onde podemos semear sobreiros, onde isso é possível e há outros espaços que são espaços urbanos e onde o sobreiro não é a espécie indicada.

Já tive durante vários anos a responsabilidade da Divisão dos Espaços Verdes e, durante esses anos, conversei com os nossos técnicos sobre a importância de alterarmos o rumo que tem vindo a tomar esta cidade, e não só esta cidade, muitas vezes pela tendência que há de os técnicos optarem por espécies que não são espécies autóctones. Está provado que as espécies autóctones resistem mais às ameaças até das alterações climáticas do que outras espécies, mas há, também, uma tendência dos técnicos de demonstrarem que há determinadas espécies que podem ser adaptadas ao nosso território e isso permite uma certa variedade de espécies instaladas e também de criar aqui melhores condições para a biodiversidade.

São questões técnicas que respeito, mas a questão que colocou aqui é uma preocupação que tenho e que continuarei a ter junto dos nossos técnicos e a opção pelas espécies autóctones será uma opção e um caminho que irá ser prosseguido, isso pode ficar garantido.

Senhora Celestina Neves, ex-presidente da Junta e da União de Freguesias de Azeitão, muito bem-vinda à Assembleia Municipal, onde é um espaço de participação. Relativamente à questão do Centro de Saúde existe uma placa, mas creio que vai acontecer brevemente uma informação desenvolvida sobre esse assunto, mas fica o registo e agradecemos esse seu contributo.

Quanto à obra da ciclovia, peço imensa desculpa, não conheço em pormenor a situação, mas o que tenho observado, até porque todos os dias passo nesse local, é o desenvolvimento da obra e ela está já numa fase final da intervenção que é a de deslocalização, designadamente dos candeeiros, de novas luminárias, são tudo intervenções que não são da responsabilidade da Câmara Municipal, e as entidades que têm essa

responsabilidade levam o seu tempo a desenvolver. Houve que negociar os terrenos para fazer a intervenção do passeio e da ciclovia e as questões que têm a ver com o abastecimento de água, com o saneamento, os pluviais, são intervenções naturalmente morosas, e volto a dizer que não conheço ao pormenor o desenvolvimento da obra e ainda não tive essa oportunidade, mas que o irei fazer também quando estiver em Azeitão no “Ouvir a população, construir o futuro” é aprofundar essa questão. Fica aqui, também, o registo junto dos senhores vereadores para que se avalie melhor esta situação.

Relativamente à 2.ª fase do Pinhal de Negreiros, peço desculpa, mas não está aqui o senhor vereador Carlos Rabaçal e não tenho a informação para lhe dar sobre isso e fica, também o registo.

Quanto ao acordo sobre o desenvolvimento do novo Parque Verde, desconheço Sra. Celestina Neves, que é com muito gosto que a recebemos aqui e é sempre um contributo muito precioso para o bom desenvolvimento do nosso trabalho. Naturalmente que registo as questões que aqui colocou e certamente que em breve iremos ter resposta clara e pública sobre as questões que aqui colocou.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I - Votação das Atas

1. Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 10/12/2021

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29/12/2021

Aprovada por unanimidades dos presentes na referida sessão.

II - Interpeleções ao Executivo, Recomendações e Requerimentos

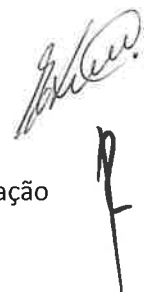
Luís de Matos (Junta de Freguesia de São Sebastião) – Dar aqui uma pequena nota que na freguesia de São Sebastião, no dia 2 de fevereiro, teve início mais uma sessão do programa “Ouvir a população, construir o futuro”.

É um programa bastante extenso, quer no seu cronograma, quer no seu calendário, onde estão presentes o Presidente da Câmara Municipal, vereadores, técnicos da Câmara Municipal que estão associados ao planeamento que foi feito para este programa, têm tido bastantes sugestões que foram acolhidas, foram feitos contatos com bairros, com Associações de Moradores, também foram feitas algumas reuniões com algumas associações e coletividades ligadas ao Movimento Associativo. Foram feitas, ainda não todas, e algumas até foram canceladas e remarcadas para datas posteriores, algumas visitas a algumas escolas para contatos com professores e funcionários no sentido de acolher algumas sugestões e opiniões acerca do que poderá ser feito, do que está a ser desenvolvido e também das sugestões que os próprios executivos, quer municipal, quer da junta de freguesia, têm em programa para implementar.

O grande objetivo é tentar acolher a maior quantidade de sugestões, de informações, de preocupações e à medida que algumas forem sendo acolhidas e se forem de fácil resolução serão executadas e implementadas o mais rápido possível.

O nosso objetivo é articular, também, com o executivo municipal a melhor forma de tentarmos chegar a bom porto, quer com o Movimento Associativo, quer com outras entidades, quer com algumas escolas, quer com a população em geral.

Referir que temos tido, também, plenários com moradores, ainda hoje existe um agendado no Auditório Bocage com, salvo erro, os moradores da zona de Montebelo. A nossa sensação é que tem corrido bastante bem, tem sido bastante procurado, temos sido abordados na via pública e temos sido bem-



recebidos por coletividades ligadas ao Movimento Associativo, mas que não deixa de ser a nossa sensação e a nossa convicção.

Rui Lamim (PSD) – Cento e sessenta e dois é o número de hoje. Senhor Presidente da Câmara, passaram-se 162 dias desde que o senhor, em plena campanha eleitoral no passado dia 16 de setembro, inaugurou a Estação Rodoviária da Praça do Brasil, hoje a estação ainda não está a funcionar, a obra ainda não terminou, assim como ainda não terminaram as obras na avenida em frente à estação, desde a rotunda próxima da passagem desnivelada e a rotunda da Rua das Galroas e Azinhaga de São Joaquim. Senhor Presidente, estão paradas as obras? Quando começa a funcionar a Estação Rodoviária na Praça do Brasil? É lamentável a inauguração de obras que não funcionam, como é lamentável a contínua degradação das condições de mobilidade na cidade, quer seja ela com recursos a transporte público, seja em transporte individual. Cada vez são mais e mais demorados os engarrafamentos nesta cidade. A ausência de ação adequada do município neste domínio é um fator de resistência ao desenvolvimento económico de Setúbal. Senhor Presidente há muito a fazer nesta área e a ação do município tem sido no mínimo insatisfatória.

Manuel Esteves (PS) – Senhor Presidente vou ficar sem resposta mais uma vez, mas já não é a segunda e nem a terceira vez e agora já está declarado que vai sair mais cedo.

A intervenção que tenho é sobre a saga da Herdade da Comenda. Desde que o proprietário da Herdade da Comenda iniciou as ilegalidades, a Câmara Municipal tem prometido, mas não cumprido. A anterior Presidente prometeu expropriar e embargar e pelo que se sabe nada fez, o Sr. Presidente prometeu tomar medidas que salvaguardem os interesses dos setubalenses e dos azeitonenses, mas que medidas concretas tomou até agora? Que se saiba nenhuma. A Administração Pública, neste caso a câmara e o ICNF/PNA, dispõe de um quadro legal para evitar a continuação das ilegalidades e para repor a legalidade para além das contraordenações.

Pelo que se sabe o ICNF já recorreu, podem proceder a embargos administrativos e apreensões cautelares, bem como repor a situação anterior cobrando os custos aos proprietários. Pensa o Sr. Presidente tomar algumas destas medidas no sentido de repor a legalidade?

Sobre Azeitão estou solidário com o que disse aqui a ex-Presidente da Junta de Freguesias de Azeitão.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – O assunto que me traz aqui hoje é uma análise da bancada da CDU em relação às extensas ordens de trabalho das reuniões públicas de câmara e há aqui algumas questões que julgamos que deviam de ser alteradas e com alguma urgência. Por exemplo, a próxima reunião pública de câmara, a realizar no dia 2 de março, tem 170 propostas e do ponto número 4 ao 121 são direitos de preferência, são 118 propostas. Destas 118 propostas sabemos perfeitamente que o PS e o PSD têm a maioria, neste momento, na câmara e trazem à reunião pública de câmara tudo o que querem, mas se fosse vereador não me sentiria bem em estar a votar propostas que quando são votadas já estão fora da lei, porque a lei o que diz é que são dez dias úteis.

O que está a acontecer, neste momento, em relação a esta matéria é que quem tem dinheiro para fazer negócio a pronto pagamento os notários ao 11.º dia fazem as escrituras, mais uma vez aqui fica prejudicado quem não tem dinheiro e que têm que recorrer ao crédito bancário e aí os bancos exigem o documento aprovado pela câmara.

Há outra questão aqui que julgo ser importante e já que os senhores vereadores entendem que estas propostas devem ir à reunião pública de câmara, então que as votem uma a uma. Provavelmente o que vai acontecer a estas 118 propostas é que vão ser votadas todas em conjunto e isto é esconder a verdade aos cidadãos do nosso concelho, já que querem trazer tudo à reunião pública de câmara, na opinião da CDU, as propostas deveriam ser discutidas proposta a proposta.

Há aqui outras propostas que não têm a ver com a lei e que são legítimas, como, por exemplo, a sinalização de trânsito, mas choca-me um pouco ver que na antiga Estrada Nacional, que vai do Bairro da Bonita para o Parque de Campismo da Gâmbia, um sinal de limite de velocidade de 40 Km/h ter que vir a

uma reunião de câmara. Julgo que isto em nada dignifica os autarcas e espero que, como estamos no início do mandato, a oposição reveja esta situação, porque isto não traz nada de benéfico, nem para a oposição e nem para quem governa e muito menos para os munícipes.

Presidente da Mesa – Agradeço que mantenham o silêncio e os comentários pacatos enquanto outros deputados ou membros da assembleia fazem as suas intervenções.

Manuel Fernandes (PS) – Depois de ler atentamente aquilo que foi o *post* colocado no site do município relativamente aos trabalhadores e à política laboral da Câmara Municipal para com os trabalhadores desta casa, levantou-se aqui uma série de questões e grande parte delas, quase na totalidade, levantadas pelo senhor vereador Fernando José em reunião de câmara quanto à precariedade laboral. Aquele site da câmara e o *post* lá colocado nada respondem àquilo que foram as questões levantadas pelo senhor vereador.

O Sr. Presidente está aqui, novamente, e dar-lhe-ei a oportunidade para responder a várias questões. Em primeiro lugar saber se continuam os vínculos precários, isto é, os chamados falsos recibos verdes, trabalhadores que têm vínculo de prestadores de serviço, mas que dependem hierarquicamente de funcionários da câmara, de quadros da câmara, e que têm o horário definido e que têm tarefas determinadas pela chefia. Isso são trabalhadores precários, porque não condiz com aquilo que é a sua atividade laboral com o vínculo que efetivamente têm.

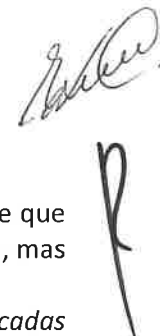
Em segundo lugar dizer que o que o Sr. Presidente respondeu à bancada do Partido Socialista, nomeadamente ao Sr. Vereador Fernando José, não é apenas uma situação que se verificasse decorrente da pandemia, uma vez que essa situação era anterior à pandemia. Falo de situações que eram do conhecimento do Partido Socialista e de outras entidades, anteriores à pandemia e por isso a pandemia não serve de desculpa para justificar a pressa ou a celeridade necessária para fazer contratações por causa de uma emergência.

Em terceiro lugar gostaria, também, de dizer que se levantaram certas questões demasiado graves pelo facto de se constatarem que certos trabalhadores, muitos trabalhadores, não terem seguro de acidentes de trabalho. Gostaria de saber se ainda se verifica o facto de existirem trabalhadores que não têm seguro de acidentes de trabalho e se esses mesmos trabalhadores ainda hoje apenas têm seguro de acidentes pessoais, porque temos essa informação, que alguns trabalhadores só têm seguro de acidentes pessoais e que os mesmos nem sequer estavam válidos, uma vez que terminaram a 31 de dezembro de 2021.

Senhor Presidente gostaria ainda de deixar a questão relativamente aos trabalhadores que foram transferidos para as juntas de freguesia ao abrigo da delegação de competências. Esses trabalhadores estão bastante insatisfeitos com a situação que está criada, nova precariedade em termos de organização do trabalho e em relação, também, ao horário de trabalho e gostaria de saber se já foram feitas algumas diligências junto desses trabalhadores, se já houve reuniões com esses trabalhadores e se os mesmos tiveram a oportunidade de demonstrar a onde queriam trabalhar, quando queriam trabalhar e se o executivo tem conhecimento dessas informações e dessa insatisfação por parte desses mesmos trabalhadores, uma vez que esses trabalhadores dizem que nem sequer tiveram oportunidade de demonstrar esse desagrado ao executivo.

Diamantino Estanislau (CDU) – Quero colocar uma questão ao executivo para saber qual o motivo da falta de iluminação pública já há vários meses devido às obras na rotunda da Nacional 10 com a Rua de São Gonçalo, em Brejos de Azeitão, que vai até à rotunda do Hortelão, na mesma rua, e que continua com os candeeiros apagados desde que aquela obra foi concluída.

Questiono qual o motivo da EDP não fazer a ligação daqueles candeeiros, porque são uma série deles, atendendo que é uma zona com muito movimento e que está totalmente às escuras com uma série de estabelecimentos, nomeadamente, de restauração, e julgo que era importante tentar perceber qual o motivo e o mais breve possível.



Mariana Crespo (PAN) – Só recordar uma pergunta ao executivo que o PAN enviou a 26 de janeiro e que até à data de hoje não obtivemos resposta, e sei que ela foi partilhada pelos membros da assembleia, mas gostaria de colocar aqui a questão para registo, que é o seguinte:

“No âmbito do início das obras da 2.ª fase para intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de São Filipe, em Setúbal, e no seguimento de preocupações levantadas pelos municípios quanto ao abate indiscriminado de árvores e lavramento dos terrenos, o PAN vem por este meio colocar as seguintes questões:

- Qual é a entidade que ordenou o abate de árvores na encosta do Forte de São Filipe?
- Qual a justificação para o abate destas árvores?
- Quais as espécies de árvores que estão a ser objeto de abate na encosta do Forte de São Filipe?
- Considerando que o projeto diz respeito a uma intervenção na zona oeste do Forte de São Filipe, porque é que o abate de árvores se expandiu para perto da zona da Saboaria?
- Encontrando-se Portugal em período de inverno e, infelizmente, em período de seca, mas estamos na mesma em período de inverno e, portanto, existe a probabilidade de precipitação abundante, quais são as medidas de mitigação previstas para a possibilidade de ocorrerem deslizamentos de terrenos com impacto direto nos espaços habitacionais e comerciais próximos à encosta do Forte de São Filipe. As árvores já abatidas serão substituídas por outras espécies? Em caso afirmativo, quando?
- Qual o encaminhamento que será dado à madeira resultante do abate de árvores?
- Quais as medidas de mitigação previstas para proteção da biodiversidade, especificamente os bandos de garças residentes no local, objeto do corte de árvores?”

Luís Maurício (CH) – Este fim-de-semana ia acontecendo uma tragédia em frente ao Restaurante “A Restinguinha”, na Nacional 10-4, e é urgente este executivo colocar uma lombagem em frente a esse restaurante. Nos fins-de-semana os motociclistas e muitas pessoas vão passear para a Arrábida e temos que ter muito cuidado, porque passam a alta velocidade e neste fim-de-semana iam atropelando lá um casal. É necessário e com a maior urgência colocar lá uma lombagem.

Francisco Cabral (PSD) – Em primeiro lugar apresentar a ReFood, uma instituição da nossa cidade que tem cerca de 125 voluntários, cerca de metade são jovens e têm, enquanto missão, combater o desperdício alimentar, mas também ajudam com apoio alimentar 30 famílias, 113 pessoas, 52 delas crianças, e nesse sentido venho questionar o executivo a propósito do contato que fizeram se irão aceder ao pedido de reunião e se podiam comprometer perante esta assembleia garantir....

Presidente da Mesa – Já apelei aos senhores membros da câmara que estão mais próximos da Mesa e aos Deputados Municipais, e repito, para deixarem ouvir as intervenções e para ver se conseguimos fazer uma reunião normal com todos a falar na sua vez.

Faça favor de continuar.

Francisco Cabral (PSD) – Só quero saber se irão ceder ao pedido de reunião e, perante as dificuldades em arranjar espaço, se o executivo se consegue comprometer perante esta assembleia que irão encontrar esforços para assim o fazer.

Flávio Lança (IL) – A minha questão prende-se com um aviso lançado pelo IAPMEI, os Bairros Comerciais Digitais, é algo que é importante para o município e que, inclusivamente, são fundos que podem ter aqui uma componente a fundo perdido. O que quero questionar ao executivo é que ações já tomou ou pretende tomar ao abrigo deste aviso e se o executivo irá promover este aviso junto das associações, empresas municipais e outras entidades elegíveis de modo a que o Município de Setúbal tenha a possibilidade de obter mais recursos para se desenvolver.

Rui Lamim (PSD) – Este é um protesto sobre a interdição da Estrada Municipal 379 que liga o Outão à Figueirinha. Fomos informados, todo o mundo foi informado, que existirá um fecho da estrada entre 25

deste mês e 29 de abril para obras ou manutenção daquela encosta e que será interditada a circulação. Protestamos, porque achamos que é exagerado, muito exagerado, porque observamos o que é que aconteceu na interdição dessa estrada entre a Figueirinha e o Creiro. Solicitamos, pedimos que o Sr. Presidente junto do EP – Estradas de Portugal abra o acesso franco, pelo menos aos fins de semana, à Figueirinha, porque a Figueirinha é nossa e não podemos de deixar de usufruir dela por umas obras de corte de alguma vegetação que ocorre de vez em quando, como observamos nas obras anteriormente realizadas.

Presidente da Mesa – Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente provavelmente quererá dar resposta, mas vou dar uma explicação do burburinho que havia aqui junto à Mesa e que estava a perturbar as intervenções dos senhores deputados municipais. Era o senhor vereador Fernando José que estava a interpelar diretamente a Mesa, em vez de o fazer ao Sr. Presidente da Câmara, que é o órgão que integra, e não o fazendo veio interpelar diretamente o Presidente da Assembleia sobre o direito de resposta a uma intervenção que tinha sido feita referindo o Sr. Presidente. O que a lei diz é que o Presidente da Câmara responde pelo executivo ou os vereadores que o Sr. Presidente solicite que faça as intervenções. A questão é entre os vereadores e o Sr. Presidente da Câmara e se o Sr. Presidente da Câmara entender pedir a palavra para o um membro da câmara fá-lo-á e isso ficará à sua consideração.

II- a) - Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Vou tentar responder a todas as questões que foram aqui colocadas. Sobre o programa, o projeto “Ouvir a população, construir o futuro”...

Presidente da Mesa – Desculpe Sr. Presidente. Sou obrigado a interpelar novamente o senhor vereador Fernando José, que está constantemente a falar enquanto se está a fazer intervenções e agora com uma indelicadeza que já é um pouco demais. O Sr. Presidente está a dois metros e está a tentar falar e o senhor vereador está continuamente a falar, peço contenção. Muito obrigado.

Presidente da Câmara – Estava a dizer que sobre o projeto “Ouvir a população, construir o futuro”, ele já é conhecido da população de Setúbal, iniciamos desta vez pela Junta de Freguesia de São Sebastião, o qual está a decorrer naturalmente com a participação e o envolvimento das populações, com reuniões com as várias entidades, organizações e associações da freguesia e seguir-se-á, também, uma visita às escolas. Na Freguesia de São Sebastião, creio, que ainda vai decorrer até 20 de março.

É um projeto ambicioso e o nosso objetivo é que as populações, neste caso os municípios e fregueses de Azeitão, coloquem as questões que gostariam para que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia possam responder. É esse o grande desafio que lançam às populações e é um grande desafio para a Câmara Municipal e para a Junta de Freguesia conseguir fazer com que as populações se sintam motivadas para participar neste projeto. No fundo é uma ajuda que pedimos aos municípios, aos fregueses para participarem num futuro melhor para o nosso concelho e, neste caso em concreto, para esta Freguesia de São Sebastião.

Senhor deputado do PSD sobre a questão da inauguração do interface, já tive a oportunidade de responder algumas vezes a esta questão, naturalmente que o executivo anterior entendeu fazer aquela inauguração simbólica, sabendo todos e não foi escondido de ninguém qual era o estado da obra.

Relativamente às outras questões que colocou, quanto ao funcionamento, ao uso do interface ele só poderá ser utilizado quando estiver concluída a rotunda da Praça do Brasil, noutra altura não é possível a circulação. Também já tive oportunidade de o referir que quando a rotunda estiver concluída haverá condições para o trânsito funcionar e, neste caso, os autocarros utilizarão o interface.

Quanto ao andamento da obra da rotunda, creio que os senhores deputados acompanham aquilo que se passa, as preocupações que não são só da Câmara de Setúbal, mas são do país em geral, que é o problema

da capacidade de resposta que as empresas têm aos desafios que são lançados e aos contratos que são assinados, porque os problemas da pandemia continuam a ter efeitos junto dos trabalhadores e da capacidade de resposta das empresas. Por outro lado, também, sabemos que os materiais são cada vez mais difíceis de adquirir, pelo menos, por algumas empresas e o que temos vindo a fazer é prorrogar, justificadamente, os prazos de execução das obras, como no caso da rotunda da Praça do Brasil.

Também já tive oportunidade de dizer que um dos atrasos teve a ver com problema numa infraestrutura que não é da Câmara Municipal e que foi detetada no âmbito da mobilização de terras e que houve que dirimir com a EDP, peço desculpa, pela E-Redes, de quem era a responsabilidade de remover a infraestrutura que ali se encontrava e de encontrar uma solução que não pusesse em causa o abastecimento de energia àquela zona do concelho. Tudo isto tem contribuído para o atraso das obras, e temos que assumir a responsabilidade de defender os interesses da Câmara Municipal e é o que temos feito. Neste momento a obra está a decorrer com normalidade, porque foi ultrapassado esse problema.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, as questões que levantou aqui sobre os direitos de preferência que vão à Câmara Municipal, normalmente são perto de 100 propostas e recebemos muitos dos interessados preocupados com o facto de não estarem a ter resposta da câmara como estavam habituados a ter. Mas esta situação, como o Sr. Presidente da Junta referiu tem a ver com o facto da CDU ter uma maioria relativa na Câmara Municipal e enquanto os outros partidos entenderem não dar a possibilidade de ser decidido pelo executivo, continuaremos assim enquanto a situação se mantiver.

Senhor deputado Manuel Fernandes, quanto à questão da situação dos trabalhadores creio que o documento que é público, que foi tornado público pelo executivo, é suficientemente claro relativamente ao assumir de responsabilidades, transparente do executivo municipal de em situação de pandemia ter de dar, de criar as condições para dar resposta às necessidades que era necessário ter e para isso foi essencial contratar mais trabalhadores. Como bem se sabe, a contratação pública é um processo moroso e esta foi a forma agilizada que a Câmara encontrou para dar resposta em tempo de pandemia àquilo que era necessário dar. O que está escrito no documento que foi público, é que a Câmara Municipal, entretanto, tem concursos abertos e esses trabalhadores têm concorrido aos concursos e uma grande parte deles estão a ser integrados nesses mesmos concursos.

Continuam ainda abertos, creio, que 14 concursos e, portanto, esses trabalhadores continuam a concorrer e a regularizar a sua situação. Assim é uma opção política, senhor deputado, é uma opção política, é claro que é, porque o que fazemos assumimos politicamente, mas foi para dar resposta às populações, a uma situação de emergência com a consciência e o compromisso prático de assumir essa responsabilidade, abrindo concursos para que os trabalhadores, que assim o queiram, poderem concorrer e serem integrados no Quadro da Câmara Municipal.

Relativamente à questão que tem a ver com os seguros, o que já disse e até publicamente, só ouvimos o que nos convém e há coisas que não queremos ouvir, mas vou repetir que todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, seja qual for a sua situação, têm seguros de trabalho. Creio que é uma resposta que fica bem clara aqui na Assembleia Municipal que é, de facto, um espaço onde existe uma diversidade de forças políticas aqui representadas e que têm essa oportunidade de ficar bem claro e assumido pelo Presidente da Câmara esta responsabilidade e este compromisso.

Senhor deputado Diamantino, no caso da iluminação daquele troço, entre a rotunda da Nacional 10 e a outra naquela urbanização, como sabe a responsabilidade destas ligações não é da Câmara Municipal, naturalmente que a Câmara Municipal tratou de tudo aquilo que tinha a tratar no seu tempo e, certamente, que os serviços da Câmara Municipal hão de estar sempre a solicitar a quem tem essa responsabilidade da iluminação pública, porque, de facto, é um risco, sobretudo à noite naquele troço que tem uma circulação intensa.

Senhora deputada do PAN, não teve ainda oportunidade, provavelmente, porque disse que não tinha recebido resposta ao requerimento, sei que o requerimento, porque me disse a senhora vereadora, já está a circular, chamemos-lhe assim, e deve estar a receber a resposta ao requerimento. Se me permite, vou passar à frente, porque vai ter essa resposta.

Relativamente à questão que o senhor deputado do CHEGA aqui colocou relativamente à lomba em frente ao restaurante “Restinguinha”, o que posso dizer é que fica registado e os serviços avaliarão as condições para que essa situação possa vir a ter os efeitos que o senhor deputado aqui nos deixa e que nós conhecemos.

Senhor deputado Francisco Cabral do PSD, de certeza que o pedido está no conjunto de pedidos de reuniões, que são umas dezenas largas, e que estão a ser progressivamente feitos esses atendimentos e se o requerimento foi feito ou se o pedido de atendimento foi feito há de se encontrar lá e um dia destes vai haver atendimento. Quem pede atendimento ao Presidente, naturalmente, terá o atendimento.

Senhor deputado da Iniciativa Liberal, a Câmara Municipal está em reuniões com os comerciantes, designadamente da Baixa de Setúbal até ao Troino, no sentido de divulgar estas iniciativas e ver as condições para a Câmara Municipal, também, em conjunto apresentarem as candidaturas.

Figueirinha e Creiro, senhor deputado, percebo bem as suas preocupações, mas como também se sabe, trata-se de uma questão de segurança. Peço desculpa, mas reconheço nas Infraestruturas de Portugal capacidade técnica e de avaliação da situação de segurança ou de insegurança relativamente à intervenção que está a ser feita e, por isso, posso naturalmente colocar a questão, mas mesmo aos fins de semana admito que, por razões de segurança e porque os trabalhos estão a decorrer, não haja condições para se abrir a circulação. Naturalmente que estou de acordo com a questão que o senhor deputado coloca, que logo que seja possível e quando estejam resolvidos os problemas de segurança, que a estrada deva ser aberta à circulação.

Relativamente ao senhor Manuel Esteves no que respeita à Comenda, quando prometo, procuro cumprir e pode ter a certeza que vou cumprir, agora atenção ao que prometi, que é para não haver uns que prometem uma coisa e outros outra, aquilo que prometi foi que a Câmara Municipal exercerá tudo aquilo que estiver ao seu alcance para que seja restituído aquele espaço à população de Setúbal. Seja qual for a forma, que quem sabe nos venha dizer que a melhor forma é esta, senhor certamente sabe, tem essa informação que aquela empresa tem os seus gabinetes de advocacia que tratam daqueles assuntos e naturalmente que a Câmara Municipal, também, tem que se precaver relativamente a esta matéria, porque se não poderá dar passos em falso e não é isso que a população de Setúbal e nem o senhor deputado espera que venha a acontecer e é por isso que a questão ainda não tem fim definido. Mas o compromisso que assumi é para cumprir até ao fim, pode ficar descansado, senhor deputado.

O Sr. Presidente da Câmara ausentou-se às 20h40, por compromissos assumidos anteriormente.

1. **Interpelação ao Executivo o “Abate de árvores no Forte de S. Filipe” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Já foi aqui respondido pelo Sr. Presidente da Câmara.

2. **Interpelação ao Executivo sobre a “Suspensão do PDM para a construção de dois projetos de Painéis Fotovoltaicos” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Esta interpelação tem uma resposta por escrito e foi distribuída já aos membros da assembleia.

3. **Interpelação ao Executivo – PRR – Bairros Comerciais Digitais | Aviso n.º 01/C16-i02/2022 (IL)**
(conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Já aqui foi colocada e é um aviso que decorre até ao final do mês de março e naturalmente que os serviços do município estão atentos a estas candidaturas e será dada a informação quando ele for executado ou quando for ou se for feita essa candidatura.

4. **Recomendação “Criação da figura de Provedor do Município” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Viemos recomendar ao executivo que seja criada a figura do Provedor do Município de Setúbal.

Consideramos que a falta de representatividade sentida pelos munícipes de Setúbal deve ser ativamente combatida pelos próprios órgãos eleitos e representativos dos eleitores, numa estratégia autárquica de transparência municipal.

Estamos conscientes de que já hoje existe o Gabinete da Participação Cidadã que de alguma maneira procura dar resposta a esta nossa pretensão de uma figura, mas consideramos que a figura do Provedor do Município deve ser independente e imparcial e deverá ter como missão garantir a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos munícipes perante os órgãos municipais, serviços municipais e empresas municipais, com vista ao aprofundamento da democracia e ao incentivo à participação da sociedade civil.

O Provedor terá de ser uma pessoa idónea, imparcial e escolhida com a intervenção de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal de Setúbal.

Atendendo a isto, vem a Iniciativa Liberal propor e recomendar que seja criado o Provedor do Município e que esta assembleia assim o delibere.

João Luz (CDU) – Esta iniciativa que alguns propõem aqui com a recomendação de criação de um Provedor do Município, em nosso entender é uma recomendação profundamente contraditória por um lado e por outro contraria efetivamente o princípio que diz querer obter. Ou seja, falando da falta de representatividade e da falta de proximidade entre os munícipes, os eleitos e os seus órgãos democraticamente eleitos, o que cria é mais uma figura de intermediação entre o munícipe e os eleitos e os seus órgãos. Isto para nós é uma contradição dos termos da própria proposta que a Iniciativa Liberal aqui nos traz e para mais, parece-nos ser a criação de mais uma gordura na Administração Pública e estranhámos que venha de uma força dita liberal a criação de mais um elemento estranho e absolutamente desnecessário. O que queremos e o que defendemos é uma maior ligação e uma maior proximidade entre todos os eleitos, aqueles que aqui estão, incluindo o senhor deputado da Iniciativa Liberal e os munícipes do concelho e não a criação de intermediários.

Maria João Palma (PS) – Senhor Presidente, peço que a minha intervenção passe a declaração de voto, se for possível.

Presidente da Mesa – Como se recordam, devia ter dito isto no início, esta questão tem aqui alguma história dentro dos serviços da Assembleia, na Comissão Permanente, e tem sido debatido. Já tinha sido apresentado como proposta de deliberação para que a assembleia deliberasse e houve aqui um entendimento da Mesa de que, havendo um acordo do Tribunal Constitucional que teve efeito de retrocesso nas provações que tinham feito em vários municípios, mas há poucos municípios que a criaram. O entendimento sobre se é ou não é constitucional a criação da figura levou à passagem para recomendação, isto permitirá, naturalmente, aclarar finalmente se é ou não é constitucional.

Eduardo Pinto (PSD) – Só quero salientar aqui uma questão, faz parte da modernidade dos tempos de qualquer instituição, qualquer organismo ter a figura do Provedor, a minha questão para o colega deputado Flávio Lança é se é nessa perspetiva que fala aqui no Provedor, uma reclamação, uma situação. Se é nessa perspetiva e nas outras, evidentemente que acompanhamos esta recomendação, porque tem todo o cabimento no modelo de sociedade em que vivemos e obviamente em todas as instituições.

Flávio Lança (IL) – Quero só dar aqui nota ao deputado João Luz, que quando propomos o Provedor não é uma questão de criar gorduras no Estado, mas a ideia é que exista alguém que seja isento e imparcial, para mediar conflitos e acho que realmente não faz muito sentido e a resposta seria sim.

Nuno Gabriel (CH) – Vir a CDU aqui falar da criação de gorduras, seja de que partido for, é para rir, é para rir. Quanto ao resto acho que faz, efetivamente, sentido ter a criação desta figura, independentemente da forma como ela se materializa em concreto e se estariam abertos, creio, a sugestões.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões o Sr. Presidente da União das Freguesias de Setúbal, Rui Canas e o Francisco Cabral do PSD.

Reprovada por maioria e em minua, com 26 votos contra, 16 da CDU e 10 do PS, 9 votos a favor, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE.

Maria João Palma (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O gabinete autárquico Participação Cidadã encontra-se inserido no Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo, na Divisão de Comunicação e Imagem da Câmara Municipal, assim sendo, entende a bancada do Partido Socialista que existindo este gabinete acessível, inclusive, através da página do Município com formulário, contato de e-mail e telefone, existindo três pessoas afetas ao gabinete e uma prestadora de serviços que não vem mencionada no quadro da página 51 do Relatório de Atividades do Presidente de 2021, mas que é uma colaboradora deste gabinete e assim, do nosso ponto de vista, não há necessidade da criação desta figura. Entendemos que a atividade deste gabinete deveria de vir mais bem discriminada em relatório do Presidente vindo descritos o número de atendimentos, encaminhamentos para departamentos e/ou gabinetes e os respetivos resultados dos mesmos requerimentos pelos cidadãos.”*

5. **Recomendação “Criação e atribuição de bolsas de mérito e excelência para os alunos dos agrupamentos de escolas e escolas do concelho (público e privado)” (CH)** (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Maurício (CH) – O que se pretende com esta recomendação, para já, é um reconhecimento da importância que a educação tem na evolução da sociedade e a mais valia que é os jovens estarem cada vez melhor preparados para o futuro, que é incerto, e cada vez mais incerto em algumas zonas do globo. O que se pretende aqui é criar incentivos e premiar quem efetivamente mais se esforça, independentemente, de provirem de famílias com maiores ou menores rendimentos, no fundo é alargar a já existente, sem que haja aqui uma limitação, neste caso, sobre o IAS indexante de apoios sociais para que seja algo mais amplo e que seja aberto a todos os estudantes do concelho, além da disponibilidade financeira das famílias, neste caso.

Vanessa Silva (CDU) – A CDU não acompanhará a proposta de criar uma bolsa prémio de mérito para os melhores alunos, porque considera que os dinheiros públicos deverão ser canalizados para medidas de ação social escolar que garantam a promoção do sucesso educativo de forma universal e que minimizem as desigualdades socioeconómicas que, à partida, os alunos têm.

A própria expressão “melhores alunos” indicam uma conceção que está assente nos resultados e que desconsidera o conjunto de preditores de sucesso educativo, ou talvez seja melhor dizer, de sucesso

escolar, que são as condições socioeconómicas das famílias, não apenas as económicas, mas a habilitação, como as questões do rendimento, do ponto de vista económico, e, portanto, não acompanharemos esta proposta.

António Caracol (PS) – Esta proposta que parece, e quero acreditar que na sua génese, bem intencionada, se pensarmos um pouco mais profundamente nas suas consequências e até pelo nosso concelho, temos esse retrato da disparidade socioeconómica dos nossos alunos, da parte mais nascente do nosso concelho à parte mais poente, percebemos que isso não iria funcionar. O que, realmente é importante, e concordarmos com alguns dos considerandos, nomeadamente que a educação é um instrumento fundamental no elevador social, e isso faz-se com medidas permitindo a que todos tenham acesso mais amplo, com as melhores condições a uma educação gratuita.

O Governo do Partido Socialista, ultimamente, tomou medidas, nomeadamente, através da gratuitidade dos manuais escolares no nível básico e secundário, mas esta medida não iria promover, neste caso, o mérito, porque temos que perceber, como disse inicialmente, a disparidade em que cada um arranca para esse sucesso escolar. Quando falam aqui no esforço é difícil medir o esforço que cada um faz, sabemos que alunos que vêm de um meio socioeconómico mais favorecido, que têm acesso a ter apoio fora da escola pago, esses conseguirão, certamente, atingir sucesso no âmbito que está aqui exposto, mais fácil do que os que vêm de meios socioeconómicos mais desfavorecido. Portanto, esse esforço não se consegue medir aqui, para além de que as escolas, cada escola, cada agrupamento de escola, já elas próprias fazem a atribuição desse mérito. Existem no final dos anos letivos a atribuição desses diplomas, existentes essas cerimónias que cabe a cada agrupamento e ao conselho pedagógico atribuir. Neste caso iria desvirtuar, na minha opinião e na opinião da bancada do Partido Socialista, o que é sim o promover deste elevador social através da educação com esta medida.

Nuno Gabriel (CH) – Para que fique aqui claro, percebi as duas intervenções e entendo-as, a questão aqui não está em retirar a forma como já é promovida, tendo em conta, a disponibilidade financeira e concordamos com isso. A questão aqui é alargar, entendo e respeito que não entendam assim e que não o vejam da mesma forma que eu, mas sabemos como são os jovens não têm uma formatação adulta, havendo ali um incentivo, vendo ali uma forma de querer chegar lá e querer ser reconhecido, acho que abrindo isto a todos os alunos, não restringindo a forma como está atualmente, seria benéfico. Foi a forma que nos levou a apresentar esta recomendação, mas compreendemos perfeitamente as questões levantadas.

Paula Soeiro (PSD) – A nossa intervenção é no sentido de que tendo sido destacada, até pelo deputado da bancada do Partido Socialista, alguns considerandos que constam nesta proposta e, também, o Partido Social Democrata encontra aqui alguma matéria que poderá merecer reflexão, propúnhamos que pudesse esta proposta ser analisada na Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, se for assim considerado.

Mariana Crespo (PAN) – A minha intervenção vai no sentido do que foi colocado e, também, gostaria de propor, se assim concordarem, que fosse discutida esta questão em comissão.

Dando aqui, também, a opinião acerca deste assunto, claro que os alunos das escolas, um pouco pelo sistema de ensino público, vivem desmotivados e isso é uma realidade e somos totalmente a favor de que haja mais mecanismos de incentivo para estes alunos. No fundamento básico daquilo que se propõe, estamos totalmente de acordo.

Como profissional, também, acabo por estar ligada à educação, vejo diariamente e sei que já existem quadros de mérito em várias escolas e vejo bem a ansiedade que, muitas vezes, isso coloca nos alunos e acaba por ser contraproducente. Preocupa-me, também, uma outra classe de alunos que, muitas vezes são esquecidos, o que são os alunos com as ditas necessidades educativas especiais e que, devido às suas características físicas, cognitivas de nascença e das quais eles não têm culpa nenhuma, já são segregados do sistema de ensino e eles têm noção que o são e é um problema a nível psicológico bastante grave. A

minha preocupação é, também, com este grupo de alunos, que eles vejam os outros colegas a serem reconhecidos pelo mérito, não é que eles não se esforcem, mas eles simplesmente não estão, digamos, no mesmo pé de igualdade.

Acho que são questões e concordo com os pressupostos que colocaram, mas há questões que devemos aprimorar e por isso, também, aqui a ideia de ser debatido em comissão que julgo ser o mais adequado.

Luís Maurício (CH) – Quando falamos no aspeto socioeconómico como falaram os deputados do PS e da CDU, informo que isto já foi implementado em Loures, na Amadora, em Odivelas, que são concelhos que a nível de riqueza, julgo, serem ao nível de Setúbal, por isso não podemos estar a falar socioeconómico, porque Loures tem os mesmos problemas praticamente que tem o concelho de Setúbal. Não podemos pôr esta proposta de parte só pela parte socioeconómica, porque Loures aprovou há 15 dias esta proposta.

Presidente da Mesa – Temos aqui uma proposta de recomendação para votar e temos uma sugestão de baixar à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais que depende dos autores, se os seus autores aceitarem que baixe à comissão, poremos isso à consideração da assembleia, se não iremos votar a proposta.

Nuno Gabriel (CH) – Aceitamos que a recomendação baixe à comissão.

Paulo Lopes (PS) – Para uma interpelação à Mesa, acho que se o proponente retira a proposta para ser discutida em comissão, não tem que ser votada, ou não, porque se o deputado municipal que apresenta a proposta retira-a, não é votada, acabou e depois em sede de comissão é que poderá ser votada.

Presidente da Mesa – O sentido da votação é o seguinte, quem distribui os assuntos para as comissões é a Comissão Permanente depois de eles terem sido aceites, uma vez que este assunto veio a debate na assembleia, a mesma terá que deliberar se remete para posteriores, para ulteriores diligências, mas é a assembleia que tem o assunto em apreciação. A agenda de cada comissão não é feita por cada um dos deputados, os assuntos são distribuídos pela Comissão Permanente, logo se da assembleia vai diretamente a uma comissão, tem que haver deliberação da assembleia sobre isso. É o meu entendimento sobre isto.

Paulo Lopes (PS) – Tenho uma interpretação diferente, mas respeito a sua posição, como é óbvio.

Presidente da Mesa – Está em debate, a assembleia ou vai deliberar sobre a matéria ou vai deliberar sobre posteriores diligências para esclarecer a matéria. É disso que se trata e não pode, pura e simplesmente, dizer para se retirar da agenda e vem por outra porta.

Uma questão é retirar uma proposta para não a voltar a apresentar, outra questão é propor que a assembleia aceite continuar diligências para aclarar o teor da proposta e a sua forma para voltar a ser deliberada em assembleia, portanto o assunto está em deliberação na assembleia.

Em caso de desentendimento tem que ser a Mesa a dirimir as dúvidas e omissões.

Aprovada por unanimidade que baixe à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais.

6. **Recomendação “Realização de rastreio anual à Diabetes nas escolas do concelho” (CH)** (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Maurício (CH) – Pretende-se que todos os anos, no início do ano escolar, seja feito em todas as escolas do concelho um rastreio à diabetes. Este rastreio deve abranger todos os alunos do 1.º ao 12.º ano de escolaridade.

Os alunos cujo rastreio seja indicativo de glicemias, fora dos parâmetros para a idade, deverão ser encaminhados automaticamente para o seu médico de família.

Com isto, o Partido CHEGA acha de uma importância detetar precoce as diabetes e pré diabetes, promover essa realização anual do rastreio em todas as escolas, criar mecanismos para que os alunos cujos parâmetros indiquem previamente e que sejam automaticamente encaminhados para o seu médico de família. Garantir formação adequada e atualizada dos professores e pessoal auxiliar.

Luís Matos (Junta de Freguesia de São Sebastião) – A bancada da CDU não acompanhará e votará contra esta recomendação em relação ao rastreio e passo a justificar se for facilmente atendível.

A Diabetes é uma doença crónica e como tal demorará o seu tempo a ser diagnosticada, poderá ser diagnosticada no prazo máximo que poderá ir desde uma semana, a um mês, a dois meses, três meses, quicá, mas carece de ser estudada, estudada por médicos da especialidade, sejam eles endocrinologistas, medicina interna ou outras especialidades. Entendemos que deve ser feito o encaminhamento e o acompanhamento, não só dos alunos, à base de uma simples glicémia capilar, que é a medição do nível de açúcar no sangue, na corrente sanguínea em determinado instante. Instante esse que pode terminar ou não em estarmos numa hiperglicemia ou numa hipoglicemia, ou seja, é aquele momento, por ventura que qualquer um de nós no seu estado adulto ou em criança, independentemente, da fase do dia, se fizermos um sono prolongado, se fizermos uma atividade física mais intensa, são uma série de condicionantes que poderá determinar o valor de glicémia. Valores esses que não são indicativos e, com base científica, capaz de diagnosticar a doença da diabetes, seja a Diabetes Tipo 1, Diabetes Tipo 2 ou os Insulina-tratados.

É nossa intenção afirmar aqui que a medicina geral e familiar tem que ser e deverá ser reforçada, os rastreios não se poderão reduzir, como já disse e reforçamos, numa medição instantânea da glicémia capilar em determinados alunos, à população estudantil. Julgamos que, com uma base pedagógica e científica, deveremos investir na atividade física nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, do ensino particular e cooperativo, quer seja ao nível da expressão física ou motora no primeiro ciclo do ensino básico ou noutra atividade física em idade pré-escolar. Reforçar, quem sabe noutros países, não só aqui da Europa, mas também do resto do mundo, ao investir na melhoria da condição física da população jovem e aí estaremos a prevenir as doenças crónicas, nomeadamente a Diabetes, não só estas como outras, também, porque atrás da Diabetes vêm outras doenças.

A proposta aqui parece bastante bem enquadrada do ponto de vista científico, no entanto reforçar que a insulina não é uma secreção, mas sim uma segregação que é efetuado no pâncreas. Secreções são por ventura as secreções salivares e por aí fora.

Não acompanhamos esta recomendação.

Encontravam ausentes da Sala de Sessões dois deputados do PSD e um da CDU.

Reprovada por maioria e em minuta, com 27 votos contra, 16 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, 3 votos a favor, 2 do CH e 1 do PAN, e 5 abstenções, 4 do PSD e 1 da IL.

Marco Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Setúbal não queriam deixar de saudar a iniciativa do Partido CHEGA ao trazer esta recomendação com o objetivo de promoção e prevenção em saúde e alguns determinantes em saúde para uma vida saudável, assim como algumas das suas implicações psicossociais. Contudo, não podemos votar favoravelmente esta proposta de recomendação, uma vez que nos restavam dúvidas relativamente à sua operacionalidade científica e metodologia.*

Segundo as gridlines da Sociedade Portuguesa de Diabetologia, um teste pontual á glicémia naquele instante, não diagnostica por si só a Diabetes ou a propensão a vir a ter diabetes, para tal seria necessário, como já foi também afirmado, uma análise à tolerância à glicose aos 60 e aos 120 minutos, assim como um indicador muito mais fidedigno que se utiliza atualmente, a hemoglobina glicosada, que nos dá uma estimativa dos valores da glicémia nos últimos 6 meses. Nesse âmbito não faria sentido testar toda a população, teria um custo benefício insuficiente para o Serviço Nacional de Saúde e para a sua própria

autarquia, assim como a nível de operacionalidade não seria fácil de concretizar, uma vez que a glicémia capilar não deixa de ser um teste minimamente invasivo, obriga a deitar uma gotinha de sangue e obrigaria a consentimentos informados e miúdos a chorar.

Qualquer das formas a Sociedade Portuguesa de Diabetologia tem formação constante, acho que inicia agora em março uma formação para os profissionais das escolas, nesse sentido já é feito algum trabalho de prevenção e de identificação destes determinantes pelo Instituto Politécnico de Setúbal e pela própria autarquia. Um projeto destes, na nossa opinião, devia começar por identificar alguns grupos de risco com prováveis causas hereditárias e, a partir daí, seguir esses casos sinalizados, o que seria muito mais custo benefício do que testar toda a população.

Também mais importante do que esse rastreio seria a continuação do estímulo, por parte da autarquia, na prevenção, tanto no incentivo à prática de atividade física e na adoção de comportamentos de estilo de vida saudáveis.”

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Esta proposta tem algum valor e abstivemo-nos, mas esse valor deriva do facto de chamar a atenção para o problema da Diabetes, da Diabetes na infância e na juventude e tentar fazer com que haja uma reação no sentido de melhorar as condições de vida de pessoas que possam sofrer no futuro desse mesmo mal, chamemos-lhe assim.*

Achávamos que esta proposta devia ter baixado à comissão para ser trabalhada e para que se encontre uma forma que poderá não ser um rastreio anual, mas achar uma outra forma de trabalhar e de prevenir a ocorrência de diabetes na nossa população, pelo que recomendamos ou pensamos que há uma boa intenção que poderá vir a esta assembleia no sentido de esta conseguir encontrar um plano para prevenir a diabetes na infância e na juventude.”

7. Recomendação “Pela comparticipação de 100% no transporte escolar no ensino secundário” (PAN)
(conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Mariana Crespo (PAN) – Uma breve apresentação desta recomendação.

Como sabem a mobilidade é um dos pilares de uma sociedade democrática. A nível ambiental, a aposta nos transportes públicos tem efeitos significativos na descarbonização das cidades e também na redução do impacto das alterações climáticas. O transporte escolar é um mecanismo, muitas vezes, de apresentação do transporte público à camada mais jovem e é também um meio, a partir do qual, muitos jovens começam a ganhar a sua independência.

Verificamos que há uma inconsistência, digamos assim, a nível legislativo, visto que está determinado que o transporte escolar será gratuito para os estudantes sujeitos à escolaridade obrigatória, contudo, este Decreto-lei foi elaborado numa altura em que a escolaridade obrigatória situava-se até ao 9º ano, algo que agora não se coloca, pois, a escolaridade obrigatória estende-se até ao 12º ano. Contudo, verificamos que os estudantes do ensino secundário ainda têm que suportar 50% do seu passe mensal e não usufruem desta gratuitidade. Esta situação é particularmente relevante no caso da geografia conhecida do nosso município, em que temos estudantes de freguesias bastante distantes, o caso de Azeitão, o caso da Gâmbia, que têm que fazer uma deslocação significativa até às escolas secundárias centrais, ao centro da cidade. Aliás, é uma situação que esta questão da gratuitidade até ao 12º. ano é um exemplo que já vemos concretizado noutros municípios.

Assim, vimos por este meio apelar à comparticipação de 100% no transporte escolar também para os alunos do ensino secundário.

Mário Aranha (PS) – Consideramos esta medida bastante interessante com objetivos que o PS também partilha, a promoção do uso de transportes públicos, que é uma das formas mais eficazes no combate às alterações climáticas. Contudo, esta recomendação carece de maior aprofundamento, como, por exemplo, calcular elasticidade da procura preço, o alargamento a outros públicos e assim ter um investimento

expectável mais bem calculado. A nossa proposta é que baixe à Comissão de Urbanismo e Mobilidade sem votação aqui na Assembleia Municipal.

Alexandre Teles (PSD) – Vou aqui informar que acompanhamos esta proposta favoravelmente, porque ela melhora, em termos de trânsito, nas horas caóticas e em termos ambientais, na ajuda de custos no agregado familiar e cria hábitos saudáveis.

Só quero fazer uma pequena correção no texto que onde diz “União de Freguesias do Sado”, deverá ler-se “Freguesia do Sado”.

Vanessa Silva (CDU) – De uma forma muito sintética também valorizamos esta proposta, até porque a Câmara Municipal de Setúbal se encontra a preparar a implementação do regime que está previsto no Decreto-lei 21/2019 e que consagra a gratuitidade do transporte escolar a 100% aos alunos do ensino secundário, mas que se encontra suspenso esse regime específico até à publicação de uma portaria sobre o financiamento. Vou escusar-me, devido ao tempo, de prolongar esta explicação mais técnica, mas gostava de sublinhar que o Município de Setúbal se encontra já a desenvolver esta proposta para que, no ano 2022/2023, os alunos tenham o transporte escolar gratuito também no ensino secundário.

Mariana Crespo (PAN) – Aceito que baixe à comissão.

João Luz (CDU) – A nossa proposta é que baixe à Comissão de Urbanismo e Mobilidade.

Aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Recomendação “Conselho Municipal de Juventude” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – Na persecução do número segundo, do artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa, é inegável o papel que os jovens desempenham na construção de políticas para a juventude, cabendo assim ao município transformar essa participação em algo cada vez mais efetivo. Urge reforçar e valorizar efetivamente o papel que estes desempenham.

O Conselho Municipal da Juventude é um órgão consultivo dos municípios sobre matérias relacionadas com políticas da juventude, como está disposto no Artigo 2.º, da Lei n.º 8/2009, posteriormente alterado através da Lei n.º 6/2012. Representa os jovens dos municípios e tem como finalidade incentivar a vida ativa dos jovens na sociedade, assim como incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, conforme disposto no Artigo 3.º da mesma lei.

Segundo o mesmo documento, ao abrigo do número 2, do Artigo 27.º, a autarquia de Setúbal encontra-se em incumprimento há 13 anos. Urge proceder à sua instituição, nos termos da presente lei, que estabelece um prazo máximo de seis meses.

O organismo instituído, “Fórum da Juventude de Setúbal”, não cumpre os requisitos legais, como se constata consultando o regulamento existente e deve assim funcionar enquanto regulamento.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera, na sequência da presente proposta dos deputados municipais do Partido Social Democrata, recomendar à Câmara Municipal de Setúbal:

- Criar o Conselho Municipal de Juventude, cumprindo o estabelecido na Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, com as alterações da Lei 6/2012, de 10 de fevereiro;
- Em sede própria da próxima reunião da Assembleia Municipal de Setúbal, aprovar o regulamento do Conselho Municipal de Juventude. Neste, devem constar as disposições que instituem o órgão, bem como as demais normas relativas à sua composição e competências, nos termos do artigo 25.º da referida lei.

Simão Calixto (CDU) – Em Setúbal já existe o Fórum da Juventude e há, também, uma série de programas ligados à juventude e à participação juvenil, motivo pelo qual, também, a CDU não acompanhe totalmente

esta recomendação. A nossa proposta, até tendo em conta aqui algumas questões que acho que deveriam ser trabalhadas e até ter algum esclarecimento por parte da Câmara Municipal, é que baixe à comissão.

Francisco Cabral (PSD) – Não aceitamos.

João Luz (CDU) – Esta recomendação, na sua totalidade, não está em condições de ser apreciada, o último ponto da deliberação não é matéria de recomendação, nem pode constar de um documento desta natureza dizer que na próxima sessão da assembleia se aprove um regulamento.

Rui Lamim (PSD) – Em próxima assembleia, é a correção que se faz.

Presidente da Mesa – Só se pode apreciar após o regulamento ser apresentado pelo executivo.

João Luz (CDU) – Senhor Presidente, uma recomendação da Assembleia Municipal não tem um carácter vinculativo e a apreciação de um regulamento depende de um outro órgão, que é a Câmara Municipal acatar ou não a recomendação da assembleia.

Esta proposta deliberativa que aqui está não tem condições para ser apreciada na assembleia.

Rui Lamim (PSD) – Se o segundo ponto causa tanta perturbação e visto que o objetivo é criar o Conselho Municipal da Juventude, e é este o objetivo, a regulamentação e a forma como ele funcionará será dirimido e decidido depois, também por esta assembleia. Retiramos este ponto.

Presidente da Mesa – É retirado o segundo parágrafo deliberativo. Vamos votar sem o segundo parágrafo, só com a recomendação ao executivo de criar o Conselho Municipal.

Encontrava-se ausente da sala de sessões uma deputada da CDU.

Aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 votos contra da CDU.

Eunice Pratas (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do Partido Socialista votou a favor desta proposta, pois o PS e a JS sempre defenderam o Conselho Municipal da Juventude, mas sempre existiu um obstáculo ao mesmo na autarquia setubalense criado pelas maiorias absolutas da CDU. Inclusive os vereadores do PS já enviaram, para ser incluída na Ordem de Trabalhos numa próxima reunião de câmara, a proposta para a criação do Conselho Municipal da Juventude.*

O Partido Socialista, mais do que uma recomendação, propõe efetivamente a criação do Conselho Municipal da Juventude para uma democracia mais participativa pelos jovens do nosso concelho.”

Silvão Callxto (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra esta proposta de recomendação, uma vez que no Município de Setúbal a prática sempre foi ouvir a juventude, nomeadamente no Fórum da Juventude que funciona e com o desenvolvimento, também, de uma série de programas de participação juvenil como o Mês da Juventude [m@rco.28](#) ou a dinamização da quase totalidade da programação da Casa do Largo, que foi aberta no último mandato.*

No âmbito da lei, a CDU, também, sempre discordou desta, uma vez que ela impõe modelos de funcionamento aos municípios, em primeiro lugar, e em segundo, porque se a levarmos à prática ela própria vai limitar a participação de jovens, como acontece na maior parte dos municípios, que de facto não cumpre esta lei, mesmo os municípios que têm instituído Conselhos Municipais de Juventude. Isto é um facto que no país praticamente nenhum, arrisco-me a dizer nenhum, cumpre esta lei, porque ela limita a participação da juventude e não apenas a associações juvenis com sede no concelho, formalizadas e registadas no RNAS, que é o que diz esta lei.

Como entendemos que a participação da juventude deve ser plural e alargada, estamos contra este Conselho Municipal de Juventude, portanto, a criação de espaços como o Fórum da Juventude que já existe.”

9. **Recomendação “Setúbal em defesa dos Direitos Humanos” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – O princípio do humanismo preza-se pela valorização da pessoa humana, atendendo à sua realização integral baseada na liberdade, na responsabilidade, no desenvolvimento das competências intelectuais e no respeito pelos direitos fundamentais, valores que devem ser salvaguardados na atividade política, sobretudo, olhando para o contexto internacional atual.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera, na sequência da presente proposta dos deputados municipais do Partido Social Democrata, recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que, proceda à criação de um Plano Municipal para o Humanismo, adira à Rede Internacional de Cidades Refúgio, organização independente de cidades e regiões que oferecem refúgio a escritores e artistas em risco, tendo em vista promover a liberdade de expressão, a defesa dos valores democráticos e a solidariedade internacional.

João Luz (CDU) – A nossa proposta é que esta recomendação do PSD possa descer à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais com vista a perceber duas coisas, por um lado intensificar o significado deste Plano Municipal para o Humanismo, e em segundo lugar verificar se é esta Rede Internacional de Cidades Refúgio ou outra entidade, até, provavelmente com um âmbito mais alargado, que possa dar contributo para este problema. Estamos de acordo com o conjunto dos considerandos e com as propostas que aqui estão, no entanto fazíamos este desafio de podermos aprofundar.

Francisco Cabral (PSD) – Aceitamos que baixe à comissão.

Aprovada por unanimidade e em minuta, que baixe à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais.

III – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Pela Democracia Participativa Municipal” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – Só sugerir que esta moção baixe à comissão.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista não se revê nesta moção, porque entende que é uma negação da democracia representativa criar uma comissão aleatória com 60 elementos que não representam nada e nem ninguém, mas que foram sorteados para decidir os destinos de algumas áreas da nossa cidade. Parece-nos muito estranho naquilo que entendemos que deve ser o processo democrático e representativo. Não iremos acompanhar esta moção.

Mariana Crespo (PAN) – Por mim pode baixar à comissão.

Aprovada por unanimidade que baixe à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais.

2. **Moção “Pelo Combate à Violência Doméstica” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Joana Tomé (CDU) – Só deixar a nota de que acompanhamos os considerandos desta moção e que sublinhamos que não podemos falar em violência doméstica, sem falar em justiça social e, portanto, numa necessária articulação de respostas públicas.

O primeiro ponto da parte das deliberações parece-nos bem, não temos nada a opor, mas em relação ao segundo, ao terceiro e ao quarto entendemos que estes não constituem competência da assembleia e como tal não acompanharemos esta moção.

Encontrava ausente da Sala de Sessões o deputado Mário Aranha do PS.

Aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 9 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

3. **Moção “Situação na Ucrânia” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Vou ler a Moção.

“A Iniciativa Liberal acompanha com enorme preocupação a escalada na agressão à soberania da Ucrânia por parte da Rússia.

A Iniciativa Liberal manifesta a sua total solidariedade ao povo ucraniano e aos mais de 40.000 cidadãos ucranianos que residem atualmente em Portugal.

Nesta como em todas as situações, a Iniciativa Liberal posiciona-se inequivocamente do lado do respeito pelo Direito Internacional, pela Democracia e pela Liberdade.

A Iniciativa Liberal exorta todos os partidos a assumir uma posição igualmente clara. Este é um momento em que não podem existir hesitações: a Rússia procura uma agressão territorial imperialista de grande escala.

Os governantes russos têm medo de que o seu povo perceba que a democracia é o único sistema político que lhes pode trazer mais prosperidade e uma vida melhor e o exijam, depondo o atual regime autocrático.

Os governantes russos têm medo da democracia a crescer às suas portas. Os governantes russos falharam clamorosamente o desenvolvimento económico do seu país, que hoje tem um PIB per capita que é menos de metade do português, enquanto outros Estados vizinhos que adotaram a democracia são hoje mais ricos do que Portugal e proporcionaram ao seu povo melhores condições de vida com mais Liberdade individual. A agressão expansionista é uma tentativa desesperada dos governantes de um Estado em declínio manterem-se no poder. A agressão russa é um ataque aos valores da democracia.

A Iniciativa Liberal esturú sempre do lado da democracia e da liberdade e de todos os povos que a ambicionem e lutem contra quem a quer reprimir usando violência de Estado ao serviço dos interesses da sua classe política.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibera:

- 1. Reconhecer o território ucraniano como país soberano e independente;*
- 2. Solidarizar-se com a Ucrânia e seu o povo.”*

João Luz (CDU) – É pena que a Iniciativa Liberal não tenha decidido trazer hoje aqui uma Moção pela paz e sobre a paz.

Paulo Lopes (PS) – Em primeiro lugar, solicitar à Iniciativa Liberal que retire o primeiro ponto da deliberação “*Reconhecer o território ucraniano como país soberano e independente*”, porque isso é uma evidência, a Ucrânia é um país soberano e independente.

Em relação à intervenção propriamente dita, o Partido Socialista condena veementemente toda e qualquer violação do direito internacional. No séc. XXI a solução para qualquer visão alternativa ao desentendimento deve ser sempre a via diplomática. Assim, condenamos fortemente o ataque militar da Rússia contra a Ucrânia e apelamos à retirada imediata das forças militares russas da Ucrânia.

Temos que acreditar que no quadro dos valores do presente século as soluções pacíficas e diplomáticas são aquelas que melhor defendem as pessoas, a prosperidade e o crescimento dos países. Apoiamos firmemente a soberania e a integridade territorial da Ucrânia, uma palavra de solidariedade para com o povo ucraniano e muito em particular à Comunidade Ucraniana presente no nosso concelho. Reconhecemos, ainda, os esforços de diálogo conduzidos ao nível europeu por todos os líderes europeus que continuam a trabalhar por uma solução diplomática.

Putim ficará na história negra por ser o principal responsável pelo regresso da guerra entre países na Europa passados mais de 77 anos do fim da II Guerra Mundial. Exortamos todos os partidos a condenar este ato criminoso.

Pedro Guerreiro (BE) – O Bloco de Esquerda repudia inequivocamente o ataque imperialista da Federação Russa sobre a Ucrânia, que é um país soberano, legitimamente formado e com fronteiras reconhecidas pela ONU.

No entanto, se estamos de acordo com os pontos da deliberação que a Iniciativa Liberal aqui propõe, o Bloco de Esquerda é contra qualquer ataque imperialista, venha ele de onde vier, e propomos que o senhor deputado da Iniciativa Liberal, se estiver de acordo, que acrescente um ponto na deliberação *“Que condene todos os ataques imperialistas e todos os ataques de escalada de guerra, seja pela colocação de tropas na fronteira por parte da Federação Russa, seja por parte da NATO.”*.

Nuno Gabriel (CH) – Gostava de dizer que o deputado Flávio da Iniciativa Liberal faz as moções que entender, não tem que ser alvo da bancada da CDU estar a dizer o que é que tem e o que deve fazer, é ridículo.

Depois dizer que estou curioso para ver o sentido de voto daquela bancada, que está farta de rir, se vão acompanhar aquilo que o seu Secretário-Geral manifesta em público, que é o apoio, ou se vão, com alguma hipocrisia, votar com outro sentido de voto.

Vanessa Silva (CDU) – É para uma defesa de honra. Quero dizer à Assembleia Municipal que não sorri uma única vez durante este tema, que considero que a guerra é algo que não merece sequer nenhum sorriso da minha parte. Peço ao eleito municipal que se retrate quando se dirigir aqui à bancada da CDU, especificamente a mim, porque se temos aqui alguma situação relativamente à necessidade de paz no mundo e de resolvermos este tipo de conflitos de forma pacífica, também temos que ter respeito uns pelos outros.

Nuno Gabriel (CH) – A bancada da CDU está sempre tão atenta a pormenorzinhos e não reparou naquilo que eu disse, não referi que se estavam a rir acerca deste assunto, também era só o que faltava.

Presidente da Mesa – Deputado Flávio Lança, diga se pretende manter a redação tal como está ou se pretende fazer alguma alteração?

Flávio Lança (IL) – Alterava o ponto um, retirando-o, não temos qualquer problema em retirar o ponto um, mas não aceitamos o ponto três.

Aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE.

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra esta Moção apresentada pela Iniciativa Liberal, estranhando que esta Moção apresentada não tenha uma única vez a palavra Paz nela*

inscrita. Entendemos que é necessário condenar o conflito e toda e qualquer agressão, entendemos que não é momento para visões maniqueístas daquilo que está a acontecer no leste da Europa.

Já agora dizer que somos daqueles que exigimos o cumprimento da carta da ONU e da ata final da Conferência de Helsínquia em todos os momentos, não é só em alguns, porque ao contrário do que foi aqui dito este não é o primeiro conflito militar na Europa. Já quando a guerra e a agressão contra a Jugoslávia, no Iraque, no Afeganistão, na Líbia ou na Síria cá estivemos a exigir precisamente o mesmo, a resolução pacífica dos conflitos e o cumprimento dos Acórdãos Internacionais sobre esta matéria.

Relativamente a esta questão sabemos bem o local onde nos encontramos e é o da Paz, é o da Paz no momento em que a NATO agride e confronta e é o momento da Paz quando a Rússia invade e agride. Não temos qualquer dúvida sobre essa matéria, mais, àqueles que nos tentam colar a determinadas personagens é preciso que aqui se diga que quem agride é um país capitalista e a responder a outros países capitalistas e o azar da Ucrânia é estar no meio do jogo, no meio do jogo de interesses poderosos, onde o comércio internacional mais as questões dos combustíveis e da energia para a União Europeia estão colocadas em causa. Aqui não se trata, aliás como noutras matérias, de defender estes ou aqueles, porque quando em nome de umas tais armas de destruição maciça defendemos a paz, diziam que andávamos a defender o Saddam Hussein, quando em nome da Paz estivemos contra os bombardeamentos da Jugoslávia, disseram-nos aqui que andávamos a defender o Milosevic, quando em nome da Paz estivemos contra os bombardeamentos na Síria e a guerra na Síria, disseram-nos aqui que defendíamos o Bashar al-Assad.

A questão, para que fique bem claro, é que não temos qualquer dúvida sobre o lado onde estamos, e estamos do lado da Paz sempre, não de acordo com as circunstâncias.”

Eduardo Pinto (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos a favor, porque acompanhamos a Moção, no entanto acrescentaria que o país já é soberano e está a tentar ser independente. O que queria acrescentar, muito sucintamente, estamos a falar do berço do comunismo e o berço do comunismo é a Rússia e a Rússia consegue ser pior do que a Coreia do Norte, porque a Coreia do Norte não invade a Coreia do Sul.*

O que esta assembleia está a fazer neste momento, e é o que deve fazer, é condenar veemente a agressão Russa a um país soberano, nada mais. Parece impossível como é que, se o comunismo fracassou e está fracassado, temos comunismo, porque o comunista puro admiro, agora o comunista Chanel ou o comunista cínico, como é o caso do Sr. Putin, esse comunismo deve ser condenado. Tem que haver pureza nas ideologias e o que está a acontecer é uma vergonha, por isso gostava que tivesse saído daqui uma unanimidade em condenar a agressão da Rússia a um país soberano.”

Pedro Guerreiro (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Bloco de Esquerda votou contra a Moção, não porque não concorde que seja uma afronta para a democracia e para a Paz mundial a invasão da Rússia à Ucrânia, mas sim porque na Moção da Iniciativa Liberal vem dizer que os governantes russos falharam clamorosamente no desenvolvimento económico do seu país e hoje tem um PIB per capita com menos de metade do português, enquanto que estados vizinhos que adotaram a democracia são hoje mais ricos que Portugal. É isto que está em causa e o que está em causa é PIB per capita com Paz, por isso votamos contra.”*

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou a favor desta Moção, porque entende que este momento é um momento de clarificação sobre o assunto em questão, o qual é trazer a guerra à Europa 77 anos depois do fim da II Guerra Mundial. Este é o assunto, outros assuntos poderão ser discutidos, outras questões sobre visões que todos temos do mundo e de frações políticas podem ser discutidas, agora este é o momento de não ter dúvidas de que o ato que está a ser feito é um ato criminoso que traz a guerra de volta à Europa 77 anos depois dela terminar.”*

Na Jugoslávia foi uma guerra civil, não foi uma guerra entre dois países. É preciso compreender e saber de história. Desculpe lá, fiz a minha declaração de voto e você não tem que a comentar, absolutamente nada.

4. **Moção “Saudação à luta das Mulheres” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões o deputado Rui Lamim do PSD.

Aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 7 abstenções, 5 do PSD e 2 do CH.

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Evidentemente que o Partido Social Democrata saúda todas iniciativas no que concerne à luta dos direitos das Mulheres, assim como todos os direitos humanos. Não pôde apoiar e fazer a menção de voto favorável, porque entende que esta Assembleia Municipal não deve destacar alguma ação em concreto e naquele que constava no ponto 3, saúda todas as iniciativas que assinalam este dia, mas entendeu a bancada do Partido Social Democrata que não deveria esta assembleia destacar em particular uma ou outra nem com a indicação de data.”*

5. **Moção “Solidariedade com os trabalhadores da Carl-Zeiss Setúbal” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, 1 voto contra da IL e 18 abstenções, 10 do PS, 5 do PSD e 2 do CH.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Quero só deixar aqui claro que isto não é uma posição relativamente a estar solidário ou não com os trabalhadores, entendemos que é uma relação entre duas entidades e que a Assembleia Municipal não é uma extensão de nenhum sindicato e esse foi o motivo que nos levou a votar contra.”*

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se nesta Moção precisamente por razões semelhantes àquelas que foram anteriormente referidas. A perspetiva de uma Assembleia Municipal deve-se referir a factos concretos, o facto concreto é uma perspetiva de uma das visões, sendo que aquela necessitava necessariamente de ser concretizada através de um relatório ou de um documento factual que acompanhasse esta versão, coisa que não aconteceu. Dando por certo que estes factos possam ter ocorrido ou não, existe a dúvida, o Partido Socialista absteve-se.”*

Luís Leitão (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Apresentamos esta Moção, porque se prende com seis trabalhadores deste concelho, seis municípios deste concelho, que não afeta só aqueles seis, como afeta o ambiente dos outros 127 que estão na empresa. Portanto, é uma Moção que diz respeito ao concelho de Setúbal, a não ser que não se entenda assim por outras pessoas e que realmente o trabalho seja metido lá fora e entre para aqui, como não é essa a visão que temos foi por isso que apresentámos esta Moção.*

Quanto os factos e daquilo que são os factos, o relatório é a própria Moção e são os factos que estão aí e nada mais, o resto é saber e acompanhar o que se passa na empresa, mas se têm alguma dúvida, solicito que às 15h30, à hora da saída, ou às 16h00 quando entram trabalhadores cheguem-se um bocado à Carl-Zeiss, que fica ao pé do Auditório Bocage, e falem um bocado com aqueles trabalhadores que eles contam-vos o que é que se está a passar dentro.”

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos manifestando a nossa abstenção sobre a Moção apresentada, porque não existindo possibilidade de argumentar, ultrapassado o tempo. Manifestamente somos apoiantes do primeiro ponto em que solidarizamos com a luta dos trabalhadores, não especificamente da Carl-Zeiss, mas de todos eles na defesa do emprego e dos seus postos de trabalho,*

contudo não poderíamos acompanhar, porque trata-se ainda de matéria em sede de negociação e os dados dos considerandos parecem-nos manifestamente imparciais e carecem de melhor prova, por isso a posição ter sido de abstenção.”

6. **Moção “Dia Internacional das Mulheres” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Regressou à Sala de Sessões o deputado Rui Lamim do PSD.

Aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Moção “8 de março, Dia Internacional da Mulher” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rafaela Nunes (PS) – Gostaria de pedir uma tolerância de 30 segundos para apresentar a Moção, dada a importância da data.

Dado o dia 8 de Março, a bancada do PS, acha que é de extrema relevância celebrar-se este dia, há inúmeras formas de discriminação e de desigualdades enfrentadas pelas mulheres no seu dia a dia e face às grandes crises que se afiguram na atualidade, são as mulheres, também, as mais vulneráveis e as primeiras a perder acesso a oportunidades, à saúde, habitação, educação e a sofrer vários tipos de violência.

É necessário mudar, então, o paradigma e ter uma atitude ativa no combate aos comportamentos abusivos e misóginos profundamente enraizados na nossa sociedade e é neste contexto que apresentamos a nossa Moção numa luta transversal por uma sociedade mais justa e solidária.

Aprovada por unanimidade e em minuta.

IV – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR OU CONGRATULAÇÃO, VOTOS DE PESAR OU DE PROTESTO

1. **Voto de Repúdio “Ao tratamento dos votos dos emigrantes nas eleições legislativas” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados do PS.

Reprovado por maioria e em minuta, com 25 votos contra, 17 da CDU e 8 do PS, 8 abstenções, 6 do PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e 3 votos a favor, 2 do CH e 1 da IL.

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Na página 2 e 3 do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 133/2022, estão referidos os partidos que estiveram na reunião onde ficou decidido, por unanimidade, aceitar como válidos todos os boletins. Nessa reunião estiveram presentes a Iniciativa Liberal, PS, PSD, a Aliança, o Bloco de Esquerda, o Volt e a CDU.*

Existe neste Voto de Repúdio uma tentativa de responsabilizar os partidos tradicionais, acontece que a Iniciativa Liberal, que apresenta este Voto de Repúdio, esteve também ela presente e concordou com os partidos tradicionais, logo este Voto de Repúdio é uma hipocrisia política e teríamos que votar contra e repudiar a atitude de quem quer ser diferente, fazendo o mesmo que todos sempre fizeram.”

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Neste caso até acompanhamos parte substancial daquilo que foi dito pelo Manuel Fernandes do PS.*



A Iniciativa Liberal está na Assembleia da República e que se conheça, também, não tomou nenhuma iniciativa legislativa para, em tempo útil e oportuno, esclarecer a tal situação e resolver o tal problema que diz ser tão grave e que agora condena desta forma tão veemente.”

2. **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Lauro António” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Aprovado por unanimidade e em minuta.

3. **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Sara Graça” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Aprovado por unanimidade e em minuta.

4. **Voto de Pesar pelo falecimento de Sara Graça (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Aprovado por unanimidade e em minuta.

5. **Voto de Pesar – Sara Graça (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em memória dos falecidos.

D – PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Anual – 2021** (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Elisabete Cavaleiro (PS) – Numa leitura muito diagonal ao Relatório Anual, prendeu-se aqui o olhar na Divisão de Habitação Pública Municipal. Gostaria de ver respondido quantos municípios estão inscritos para a atribuição de habitação social?

Também gostaríamos de saber quantos fogos estão vagos? E quantos fogos que se tem conhecimento que estão ocupados abusivamente? E quais as diligências que a autarquia faz nesse sentido?

Posteriormente, também, me chamou aqui a atenção, porque não se consegue perceber pelo relatório, se estes realojamentos que foram feitos estão tipificados em rendas apoiadas e rendas condicionadas. De facto, 21 realojamentos num ano é sobejamente irrisório, também entendo que não tem sido edificado habitação, mas comparativo à alienação em que temos 16 fogos vendidos, há aqui um desequilíbrio na balança.

Alexandre Teles (PSD) – A bancada do PSD só quer deixar aqui uma sugestão relativamente à informação escrita do Presidente, tendo em conta a alínea c) do n.º 2, do artigo 25, da Lei 75/2013, de 12/09, “Apreciar em cada uma das sessões ordinárias uma informação escrita da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.”

As informações escritas apresentadas, o Relatório de Atividades, na Assembleia Municipal em nada dignifica o trabalho do executivo, nem quem se pronuncia sobre o mesmo. O relatório é uma pura colagem de dados enviados das divisões e gabinetes, sem qualquer cuidado em os trabalhar e organizar para que haja uma informação clara e objetiva sem deixar dúvidas no ar.

Deixo, também, esse pequeno pormenor, tendo em consideração o número de páginas que este relatório apresenta, cerca de 500, e visto que a estrutura orgânica vai aumentar, questionamos se o número de páginas vai continuar a aumentar.

Paula Soeiro (PSD) – Reforçando a intervenção do meu companheiro de bancada, efetivamente este Relatório de Atividades é constituído por um somatório de relatórios e alguns deles apresentam quadros comparativos do exercício de 2020 e 2021 e outros não e nesse sentido, também, se apela que em relatórios futuros deveria ser aplicado o mesmo critério de exposição.

Não está o Sr. Presidente da Câmara, mas tenho a certeza que alguém tomará nota destas observações.

Uma nota relativamente a uns dados que constam do Departamento de Recursos Humanos, no quadro de Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho, na página 47 refere num quadro que existiram 66 acidentes em local de trabalho e não identifica em que unidade orgânica se registaram. Por isso é nos difícil fazer a correlação entre aquilo que depois se segue, que são as ações de formação por unidade orgânica em que discriminam o número de pessoas abrangidas e o número de formação interna e externa e como é que se pode correlacionar a redução dos acidentes de trabalho ou a prevenção em resultado de formação e na diminuição dos seus acidentes.

Também uma nota relativamente ao Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, no que concerne às atividades nos Cemitérios da Paz e da Piedade, que não se encontram concluídos a grande maioria dos seus processos, nomeadamente ações tão simples, como uma reparação de chuveiro, reparação de 3 escadotes, etc.

Sra. Vice-Presidente da Câmara – Informar os deputados que foram tomadas boas notas daquilo que aqui nos colocaram e relativamente às questões da habitação a informação será passada para depois vos ser respondido sobre os dados que solicitaram.

Relativamente às sugestões da forma como o relatório é elaborado, aqui nesta Assembleia Municipal, ao longo de alguns mandatos, têm vindo muitas sugestões dos senhores deputados municipais e até alguns elogios à forma como o relatório tem evoluído na informação que é prestada aos senhores deputados.

Os nossos serviços, no mandato passado, reformularam muitos dos conteúdos que aqui estão, tomei boa nota destas sugestões para poderem, também, serem integradas. Contudo, estes dados que aqui são apresentados carecem sempre ou podem, também, sempre aqui serem complementados pela informação que o executivo dá e é por isso que as questões aqui colocadas também têm alguma resposta e as que não tiverem os serviços irão, também, providenciar.

Relativamente às questões dos acidentes em serviço, dizer que é procedimento municipal cada acidente dar origem a um relatório elaborado pelas técnicas e esse relatório tem recomendações, as quais poderão ser a vários níveis e algumas delas poderão dar origem, também, a formações, não quer dizer que esteja relacionado. Muitas delas darão, podemos colocar aqui no relatório a indicação das ações de formação que são ministradas aos nossos trabalhadores, se a mesma se considerar relevante, sendo certo que o número de páginas do relatório aumentará, mas julgo que será informação importante.

Está cá o Diretor dos Recursos Humanos e está a ouvir, certamente que será diligente, também, incluir as ações de formação, não só as resultantes dos acidentes ou das recomendações de acidentes de trabalho, mas também como as que são realizadas pela Câmara Municipal.

Paula Soeiro (PSD) – Senhora Vice-Presidente, não são as ações de formação, é identificar os 66 acidentes de trabalho pela unidade orgânica.

Sra. Vice-Presidente da Câmara – Também já tinha apontado e será feito.

Presidente da Mesa – Isto é um dos assuntos mais antigos ao longo dos mandatos nesta assembleia, o outro é a transcrição integral das atas, sobre os quais nunca houve inteiramente um consenso, mas que por exclusão de partes, o melhor é colocar tudo, e o relatório da informação do Presidente acaba por ser um pouco assim.

Nos últimos tempos tem havido um acumulado de elogios à melhor exposição e à melhor apresentação da informação e estas intervenções, hoje, foram um pouco dissonantes daquilo que tem acontecido anteriormente e tem se vindo a elogiar o relatório, só que quando chega à apresentação anual é muito grande, é muita informação e a uniformidade dos dados é difícil.

É merecido, já temos reparado nisso várias vezes, sugerir ao executivo uma estrutura única para o relatório que até começa pela própria noção da informação da atividade ao executivo, mas será que a atividade administrativa e burocrática interessa ou são as grandes decisões e as principais ações executadas? O que é que interessa à assembleia tomar conhecimento? Se houver uma sugestão ao executivo de uma definição, de uma estrutura única com dados recolhidos dos vários setores da mesma forma, isso poderá simplificar o trabalho do executivo, dos serviços e poderá aligeirar um pouco o volume da informação aqui a analisar.

O executivo está aqui, está a tomar nota disso e dependerá, naturalmente, do executivo a maneira como apresenta a sua informação. Do executivo e do Sr. Presidente, porque é uma informação do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal.

Paula Soeiro (PSD) – Não sendo usual intervir depois, mas ainda temos aqui algum tempo.

Tem toda a razão, a elaboração de relatórios é sempre complexa, podem existir diversas abordagens, também, normalmente os deputados trazem aquilo que pretendem melhorar, mas em jeito de conclusão da nossa intervenção, destacamos como positivo a parte anexa ao relatório, que vem do Departamento de Educação e Saúde, com quadros indicadores e sínteses explicativas e prospetivas, indicam ponto fracos e fortes e possibilidades de melhoria. Carece, da nossa parte, uma análise mais detalhada que não foi possível realizar para esta assembleia, mas poderá ser uma boa prática para outros departamentos.

2. Deliberação n.º 01/2022/AM – Delib. CM n.º 29/2022 – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com área de 83,00 m2, sita em Rua dos Pinheirinhos, na Freguesia de São Sebastião - Retificação

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

3. Deliberação n.º 02/2022/AM – Delib. CM n.º 563/2022 – Proposta de adjudicação e nomeação de auditor externo para prestação de serviços no âmbito de auditoria externa e revisão legal de contas para o ano 2021

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Rita Sereno (PSD) – A bancada do PSD, após análise da proposta apresentada por ajuste direto ao abrigo do n.º 1, do art.º 16, e da alínea d), do n.º 1, do art.º 20, ambos do Código dos Contratos Públicos na atual redação para a contratação por prestação de serviços de auditor externo, no âmbito da auditoria externa, em revisão legal das contas do ano de 2021 e não conforme é referenciado em toda a documentação para o ano de 2021, constatou que a deliberação n.º 310/2022 refere que, e passo a citar: “Sem prejuízo de no

recurso do ano corrente, ser desenvolvido um outro procedimento, designadamente, através de consulta prévia que permita assegurar a contratualização de idêntica prestação de serviços para um prazo contratual de três anos.”. Questionamos se estão assegurados os princípios da unidade da despesa e da proibição do seu fracionamento, consagrados nos números 1 e 2, do artigo 16, do Decreto-lei 197, de 8 de junho de 99, subtraindo-se assim a aplicação do procedimento adequado, atentas as prestações serem do mesmo tipo e poderem ser objeto de um único contrato, conforme explicitamente referenciado no fundamento da proposta apresentada.

Neste sentido, e visando a observância de tal princípio assim como de outros princípios previstos no Decreto-lei 197/99, entre eles o princípio da concorrência, a lei estabelece que, e cito, *“É proibido o fracionamento da despesa com a intenção de a subtrair ao regime previsto no presente diploma”,* conforme o número 2 do citado artigo 16, do Decreto-lei 197/99, de 8 de junho. Assim não se compreende, porque não foi promovida atempadamente a adoção do procedimento contratual ajustado, uma vez que já sabiam, de antemão, da necessidade da certificação legal das contas do município e terem acautelado a contratação de um responsável com os requisitos e competências técnicas necessárias ao invés de fundamentar e cito, mais uma vez, a proposta apresentada e datada do presente mês, fevereiro de 2022, que refere, *“Porque se mostra urgente o desenvolvimento do procedimento de contratação para que a empresa comece a necessária verificação às contas do município”,* isto porque, obrigatoriamente em abril terá que as remeter ao Tribunal de Contas com a respetiva certificação legal. Apraz referir ainda que as peças apresentadas para o desenvolvimento deste procedimento foram de tal forma elaboradas às pressas, com base no procedimento do ano transato que, no rodapé do caderno de encargos refere e cito, *“Ajuste direto, prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas para o ano de 2020”,* quando se trata das contas do ano 2021. Mais estranhámos e questionamos o atributo para a apresentação da proposta do concorrente apresentado na alínea h) do ponto 4, da peça relativa à formalização do convite ao prestador de serviço, a saber, comprovativo de inscrição em lista de ordem dos revisores oficiais de contas, seja referida na cláusula 6ª do caderno de encargos como uma das principais obrigações no decorrer da prestação dos serviços que se refere e cito *“inscrição na ordem dos revisores oficiais de contas”*. Decorrendo ainda da análise das peças apresentadas, em anexo à proposta, gostaríamos de perceber se também foi no meio das pressas, na elaboração das propostas e respetivo processo aquisitivo, nomeadamente o documento que resultou na deliberação número 310/2022, em que é referido que a empresa Salgueiro & Associados, SROC, Lda., foi nomeada como responsável pela certificação legal das contas do município para o ano de 2020, mas estranhamente mencionou que esta colaboração e cito a proposta da prestação de serviços de auditoria e revisão legal de contas do ano 2021, apresentada pelo concorrente, que, face a colaboração que já vem sendo estabelecida entre a DFK e associados, e a entidade com o assumir de funções de revisor oficial de contas do município desde 2018, a equipa técnica envolvida em anos anteriores será na sua maioria mantida e inalterada. Ou seja, desde 2018 e não de 2021.

Em suma, todo este processo aquisitivo às pressas, decorrente de uma necessidade sobejamente conhecida do executivo, o ROC não foi acautelado atempadamente e cumprindo rigorosamente os princípios estabelecidos no regime de realização de despesas públicas da contratação relativos à aquisição de serviços.

Afonso Luz (CDU) – O que foi esclarecido na Comissão de Finanças, pelo Sr. Adjunto do Executivo e também pelo Diretor do Departamento de Administração e Finanças, é que o anterior procedimento de contratação do Revisor Oficial de Contas cessava a 31 de dezembro e, portanto, era necessário fazer a sua extensão até conseguir emitir o parecer do exercício de 2021, o que irá certamente suceder lá para março. Este contrato, em concreto, irá ser para colmatar esse período, do início do ano até março ou abril deste ano, depois irá ser aberto um novo concurso, como é referido, já plurianual para se resolver esta questão e ser contratado a prestação do Revisor Oficial de Contas por mais tempo.

Não há aqui nenhum fracionamento, é esquisito, não nos pareceu nada disso, nem ninguém levantou essa questão em sede da comissão, mas o esclarecimento que foi dado, foi este.

Rita Sereno (PSD) – Aqui não consigo perceber, espero que o Tribunal de Contas tenha o mesmo entendimento, como é que não há fracionamento quando no ano corrente, e a lei refere isso, há aquisição do mesmo tipo de serviço em dois tipos de procedimento. Também não consigo perceber porque é que abriram ajuste direto, com a consulta a uma empresa, e não fizeram logo uma consulta prévia com a consulta a 3 empresas? O princípio da concorrência aqui não fica assegurado, já para não falar na unidade da despesa.

Afonso Luz (CDU) – Estamos aqui a falar, não há aqui fracionamento nenhum, porque chegando a abril ou maio, não sei, o procedimento será outro certamente e haverá convite a mais entidades para na altura concorrerem.

Agora trata-se de um Revisor Oficial de Contas que já vem acompanhando as contas do município de 2021 desde o início e não fazia sentido a 3 meses de dar o parecer, que fosse alterado. Há já um trabalho, há a emissão de um documento até semestral com apreciação de contas já de 2021, e faz todo o sentido que seja ele a completar este processo e depois haverá lugar, então, a outro procedimento com recurso a mais convidados.

Presidente da Mesa – Vamos lá tentar aqui um diálogo simples sobre questões que são um pouco técnicas.

Traduzindo isto por miúdos, daquilo que a senhora deputada Rita Sereno disse, o essencial e a peça-chave é se houve intenção de contornar o Código da Contratação Pública e o essencial do que foi dito ali pelo senhor deputado Afonso Luz foi que o contrato terminava a 31 de dezembro, ora quando é que começa o principal trabalho dos revisores de contas para apreciar as contas do ano anterior? Portanto, se ele cessa o contrato aí, é preciso um procedimento intermédio que foi feito através da sua prorrogação, não há fracionamento. O descuido esteve onde? Em fazer uma contratação cujo final de contrato é no momento em que devia começar a fazer o relatório da revisão de contas. A assembleia, também, se descuidou com isso, porque quando a Assembleia Municipal aprovou esse contrato, também, não reparou que estava a fazê-lo até 31 de dezembro.

Não há intenção de contornar, não se pode alocar a ninguém a intenção de contornar o Código dos Contratos Públicos, porque são órgãos coletivos, passou pela Câmara e passou pela Assembleia e, de facto, terminava ali. Esta explicação justifica, de facto, aquilo que poderia aparentar uma intenção de fazer a repartição. Mas acho que agora, perante estes factos, não há maneira de ultrapassar a questão, tem que haver Revisor de Contas. Podemos, de facto, fazer observação em relação ao procedimento que não terá sido o mais regular, tendo em conta que gerir é fazer previsões, quando se fazem contratos deve-se gerir o período em que eles devem decorrer. Passou pela Câmara e passou pela Assembleia, portanto, não podemos alienar, enquanto órgãos coletivos, a responsabilidade de não ter reparado que aquele prazo do contrato não era adequado.

Não quero estar a argumentar, mas, de facto, as situações reais são estas.

É este o quadro, julgo que é o suficiente para percebermos que não há nenhuma intenção de contornar a lei, mas há uma contratação que tem que ser feita, e a lei até tem uma outra questão polémica, que é a Assembleia que nomeia, o que pode dar a entender que nomear o revisor é um ato livre de deliberação, mas não é, resulta de um procedimento concursal, da contratação, não sei como é que a assembleia pode nomear um revisor diferente daquele que for aprovado em sede de concurso público executado pela Câmara, são os termos da lei, até provavelmente, a lei terá uma redação descuidada. Bem visto, não é? Mas é a realidade. As leis não têm que ser perfeitas, nós também não somos.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, 1 voto contra da IL e 6 abstenções do PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.



4. Deliberação n.º 03/2022/AM – Delib. CM n.º 567/2022 – Abertura de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Alexandre Teles (PSD) – A bancada do PSD considerando a proposta apresentada, complementa a abertura de 18 procedimentos concursais, ao abrigo do estatuto de pessoal dirigente, adaptada à Administração Local Autárquica decorrente da recente reestruturação orgânica dos serviços da Câmara Municipal, a bancada do PSD questiona a nomeação de um júri comum para os 18 procedimentos. Porque, e conforme descrito no orçamento para 2021, o executivo camarário comunicou que, em 2021, estava previsto e passo a citar, *“Concluir alguns dos 55 procedimentos concursais abertos em 2019 para promoções, cargos de direção e algumas admissões, desenvolver e concluir os 38 procedimentos concursais abertos em 2020.”*. Portanto, e atendendo ao histórico do município em matéria de recrutamento e seleção, pedimos a indicação da data prevista para a conclusão destes procedimentos ou se seguirão a mesma metodologia de se prolongarem durante anos e anos, pondo em causa o bom funcionamento do município, uma vez que não podemos esquecer que se tratam de cargos de chefias dos serviços camarários, que garantem o funcionamento do mesmo.

Aproveitando a ocasião para saber se finalmente, os concursos abertos em 2019, 2020 e 2021, foram concluídos ou ainda estão em curso ou em desenvolvimento. Acresce ainda referir que atendendo à diversidade de complexidade e características dos cargos a prover, tais como o adjunto técnico da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, ou o dirigente da Divisão de Turismo, e não desvalorizando ou não reconhecendo o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal dos nomes propostos, consideramos de todo recomendável para o rigor, transparência, credibilidade e até celeridade dos processos de seleção, a nomeação de diferentes júris onde se garanta, pelo menos um vogal que possua competências e conhecimentos nas áreas funcionais dos cargos a prover. Isso, porque a avaliação curricular e as entrevistas profissionais aos candidatos são distintas e requerem conhecimentos técnicos específicos relativos à atividade dos 18 cargos a concurso, que não se cingem apenas a conhecimentos na área de recursos humanos ou de administração local autárquica.

Assim, queremos propor que seja retirada e reformulada esta proposta, com vista à apresentação de uma nova deliberação com diferentes júris, para que todo o processo decorra com maior celeridade possível, com maior rigor e imparcialidade necessária para os 18 cargos a propor de seleção.

Mário Aranha (PS) – O PS de Setúbal tem demonstrado, ao longo dos últimos anos, e principalmente no novo contexto de maioria relativa da CDU, uma posição construtiva e de ser um gerador de soluções para o bom funcionamento da máquina municipal.

Votamos favoravelmente na vereação, como agora nesta Assembleia Municipal também votaremos a favor, contudo, temos todos de ter consciência que a concretização de nomeações de chefias intermédias representa um elevado investimento em custos com pessoal. O PS espera, portanto, que estes concursos e o investimento correspondente represente um concomitante aumento da eficiência, da eficácia e da melhoria visíveis da atividade camarária. Este investimento em recursos humanos é financiado com recurso aos elevados impostos cobrados aos nossos concidadãos. Esperamos todos, portanto, que os recursos envolvidos nestes programas, sejam materializados em reais benefícios concretos aos cidadãos de Setúbal e Azeitão.

Sra. Vice-Presidente da Câmara – Como é do conhecimento da Assembleia, a matéria dos concursos dos procedimentos concursais relativamente á designação de cargos dirigentes, está regulamentada na legislação e a nossa proposta cumpre todos esses requisitos e a idoneidade do júri, penso que não está posta em causa por nenhum deputado municipal. Consideramos que a questão da direção e do cargo fica assegurada com o Diretor de Recursos Humanos da Câmara Municipal, com o Diretor de Administração e

Finanças e com o professor do Instituto Politécnico que, graciosamente, se voluntariou para estar neste júri. Os procedimentos são alvo de um grande escrutínio, são públicos, as entrevistas de todos os candidatos poderão ser assistidas por qualquer um dos membros desta assembleia ou por qualquer município ou por qualquer cidadão deste país, os critérios terão que ser bem divulgados. O executivo municipal não comunga da opinião do PSD relativamente às questões técnicas que são levantadas, uma vez que se tratam de cargos de direção e não se trata de um júri para trabalhadores.

Julgamos ainda que existe aqui algumas vantagens de termos um júri único para todos os procedimentos, porque assim podemos concentrar exatamente esta matéria.

Às vezes, também, se dizem coisas por se dizer, e não temos procedimentos abertos anos e anos, aliás, foi com grande satisfação que, no mandato passado, se conseguiu concluir todos os procedimentos concursais que existiam para os cargos dirigentes e foram bastantes os procedimentos que foram abertos. Portanto, dizer que os procedimentos demoram anos e anos não é correto, correto será dizer que realmente existem procedimentos que são muito pesados na Administração Pública para a seleção e para a contratação, isso é verdade, mas não é a Câmara de Setúbal que alarga aos seus prazos, tem a ver exatamente com as vicissitudes legais que todos temos que cumprir com os prazos das notificações, das reclamações, etc., e que estão inerentes aos procedimentos públicos, aos procedimentos concursais.

Relativamente às questões colocadas pelo PS, também comungamos da opinião que a eficácia da estrutura é muito benéfica para o funcionamento da Câmara Municipal e depositamos uma grande confiança em todos os dirigentes, naqueles que hoje são dirigentes e naqueles que venham a ser no seguimento destes procedimentos concursais e é isso que esperamos dos nossos dirigentes, entrega total às questões da autarquia, com grande eficácia, com grande eficiência pelo trabalho que se propõem ou que se vão propor a fazer no âmbito das suas candidaturas nestes procedimentos concursais.

Alexandre Teles (PSD) – Venho aqui frisar que não metemos em causa a imparcialidade do júri, de nenhum dos elementos do júri, achamos que devem haver outros júris, outros júris com outras pessoas, com outras valências e conhecimentos técnicos para os cargos respetivos que estão abertos.

Também questiono o facto de os concursos estarem vários anos aberto, estes dados que falei aqui vieram do Relatório de Atividades da Câmara, não vieram de outro documento qualquer de fora. Mas é a opinião e sem dúvida que aceito a opinião, mas não quisemos deixar de levantar estas estas questões aqui, que achamos que devem ser vistas.

Rui Lamim (PSD) – Para que fique claro, a questão tem a ver com os 18 concursos e que vão ser executados por 3 pessoas, as mesmas 3 pessoas, portanto, estão-se aqui a solicitar uma carga de trabalho destas pessoas que é considerável. O alerta acerca da carga que estão a colocar sobre os ombros dessas 3 pessoas e que ficaria melhor distribuído por um conjunto superior de pessoas.

Presidente da Mesa – Não sei se as pessoas têm contacto e experiência com a Administração Pública, mas temos que ter em consideração o contexto, e o contexto é que provavelmente a maior via sacra na Administração Pública portuguesa são os processos de recrutamento, porque são difíceis de executar e por isso mesmo justificam as discussões que, aparentemente são política, umas vezes que serão, mas é aparentemente como é a questão da vinculação, prestação de serviços, contratação, se alguém conseguisse gerir uma empresa com o procedimento da Administração Pública falia, não era no 2º ano, era no 1º semestre. É quase impossível gerir e é muito complexo. Estou a fazer estas observações, não me cabendo muito, mas é só para chamar a atenção, porque tenho a experiência que tenho em recursos humanos. A questão dos júris é o sucedâneo desta via sacra, o envolvimento de mais dirigentes em procedimentos concursais, arrasta só por si os problemas das chefias, dos dirigentes, dos diretores, dos chefes de divisão, etc., que têm, de facto, uma pressão nas suas funções. A prioridade ao concurso deve ser dada pela lei, é muito difícil no dia a dia, portanto, a tendência é para simplificar e concentrar os procedimentos que eles sejam feitos de seguida e essa costuma ser uma razão para não fazer uma grande diversificação de composições de júri.

Isto é da experiência prática, é do dia a dia, mas as opiniões, naturalmente, cada um tem o seu ponto de vista e só passando pela experiência é que se percebe, porque é que se tentam simplificar procedimentos.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões a deputada Eunice Pratas do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 6 abstenções do PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

5. Deliberação n.º 04/2022/AM – Proposta 01/2022/IL – Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal (Inclusão de Debate sobre o Estado do Município)

Flávio Lança (IL) – Umhas breves palavras, até porque esta proposta já veio na última assembleia e foi à Comissão Permanente.

Só lembrar que aquilo que estamos aqui a propor é alterar o regimento de modo a que tenhamos uma sessão específica para debater o Estado do Município sem período de antes da ordem do dia, até porque vemos que, cada vez que fazemos uma assembleia, há sempre imensos assuntos a virem e consideramos que é realmente importante e relevante termos este debate do Estado do Município.

João Luz (CDU) – Já apreciamos esta proposta da Iniciativa Liberal aqui no plenário da Assembleia Municipal, é de facto, uma proposta que em nossa opinião continua a incorrer num erro de fundo, que é a tentativa de parlamentarização e de copiar modelos, designadamente, da Assembleia da República para as Autarquias Locais.

Ao contrário do que se passa na Assembleia da República, as sessões da Assembleia Municipal, todas elas e em cada uma delas, têm a presença obrigatória da Câmara Municipal, a qual dá um conjunto de explicações solicitadas pelos senhores deputados sobre o Estado do Município. Mais, em alguns momentos próprios a assembleia dedica parte substancial e até no quadro do nosso regimento, com uma grelha própria e mais alargada em termos de tempos, para a discussão do Estado do Município.

Em nossa opinião a análise e o debate sobre o Estado do Município fazem-se com base em dados concretos, com indicadores e com um Relatório de Atividades e é no âmbito da discussão da Prestação de Contas que o debate sobre o Estado do Município se faz. Não compreendemos esta necessidade de densificar, no quadro da assembleia e do regimento, a necessidade de mais uma assembleia e até com carácter obrigatório, entendemos que em qualquer momento a assembleia tem já hoje condições no seu regimento para suscitar a realização de debates. As várias forças políticas aqui representadas e no quadro da Comissão Permanente todas elas têm legitimidade para solicitar debates específicos e concretos ou com assuntos de carácter global sobre a situação do município, através da realização de Assembleias Extraordinárias para o efeito, não sei, aliás, como é que esta proposta da Iniciativa extraordinária, depois como é que conjuga isto com a descrição e o normativo do próprio regimento relativo às Assembleias Extraordinárias. O senhor deputado diz-nos agora aqui que propõe um modelo de uma Sessão Extraordinária sem período de antes da ordem do dia, mas a verdade é que o modelo de Sessões Extraordinárias, que está previsto e instituído no quadro do regimento, prevê a existência de período de antes da ordem do dia. O que o senhor deputado está a propor é uma outra coisa qualquer que não uma Sessão Extraordinária. Como debatemos na Comissão Permanente, as Assembleias Municipais só têm duas formas de reunir ou em Sessões Ordinárias ou em Sessões Extraordinárias.

Não acompanhamos esta proposta, entendemos que temos todos os passos, no âmbito do atual regimento, para promover o debate e a discussão e entendemos que este modelo visa diminuir a discussão da Prestação de Contas e visa diluir e enfraquecer aquilo que são os momentos de confrontação, de crítica, de discussão, de esclarecimento no período de cada uma das sessões que temos ao longo do ano.

Manuel Fernandes (PS) – O Partido Socialista e a sua bancada acompanharão esta proposta. A democracia tem regras, tem regulamentos, tem formas de atuação e elas devem servir determinados propósitos. O propósito da avaliação do executivo e da atividade do executivo que foi aqui mencionado, por exemplo, pelo senhor deputado João Luz que me antecedeu, tem tido carências e uma delas é que o próprio executivo nem sempre, diria até mesmo, quase sempre nunca tem tempo para responder às perguntas dos deputados. Certo é que, mesmo ultrapassando sempre o tempo que lhe está destinado no período de antes da ordem do dia, o que é certo é que grande parte das perguntas que são feitas pelos deputados da Assembleia Municipal não obtêm resposta sequer. Há aqui uma avaliação que se vai perdendo, porque o que foi dito é que o período de antes da ordem do dia é já um escrutínio, é já aquilo que está previsto no regimento para fazer as perguntas ao executivo, é verdade. Também é verdade que, por exemplo, no caso da bancada do Partido Socialista que tem 10 minutos para discutir 16 moções e para discutir todos os assuntos que vêm a lume e que dizem respeito ao concelho e à atividade de todo o executivo no concelho é manifestamente escasso. Tanto é que, grande parte dos assuntos que aqui debatemos, para além de podermos estar a debater assuntos que dizem respeito a um determinado local ou a uma determinada situação com ocorrência no nosso município e ex-áqueo partilhar esse tempo com uma moção ou uma saudação como que passou aqui relativamente com a Ucrânia e os 10 minutos servirão e terão necessariamente que servir para esse efeito. É escasso, é manifestamente escasso.

Há aqui uma possibilidade, a democracia ficará, ao contrário daquilo que foi dito, enriquecida pelo facto de que havendo esse momento de avaliação e de escrutínio do executivo relativamente aquilo que é, efetivamente, o exercício do executivo no município, ao longo do mandato, julgo que uma reunião dedicada para esse efeito só enriquece a democracia, enriquece a informação aos munícipes e aos cidadãos e não o contrário, portanto, o Partido Socialista acompanhará esta proposta.

Paula Soeiro (PSD) – A bancada do Partido Social Democrata reitera a posição já anteriormente manifestada no apoio à alteração do regimento com a inclusão deste modelo de debate do Estado do Município.

Sobre a intervenção do deputado da CDU e que, também, fizemos alguma argumentação neste sentido na Comissão Permanente, existem efetivamente dois modelos formais, o da Assembleia Extraordinária e o da Assembleia Ordinária, mas o da Assembleia Extraordinária não tem que ter uma só posição, ou seja, um só modelo. Poderão, à semelhança, do que já aconteceu uma Assembleia Extraordinária dedicada a um só tema, e aqui sim, é também, uma Assembleia Extraordinária com um tema específico e sobre os outros fundamentos, também, apoiamos e reiteramos aquilo que a bancada do Partido Socialista acabou de manifestar e que já o manifestamos na sessão anterior.

Nuno Gabriel (CH) – A bancada do CHEGA, também acompanha esta proposta da Iniciativa Liberal. Foi aqui dito pelo deputado João Luz que em sede de Comissão Permanente nunca têm sido levantadas questões, sempre que alguém solicite a coisa funciona, verificámos aqui hoje que as coisas mudaram, não é bem assim. Nesse sentido votaremos favoravelmente e com a rapidez do míssil cruzado a moção apresentada.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista já expressou o seu sentido de voto e acompanha a moção e estamos em condições de a votar.

Flávio Lança (IL) – Não consigo perceber a afirmação do deputado João Luz quando diz que, mais debates significa menos escrutínio, acho que é precisamente o contrário, mais debates é mais escrutínio e é melhor para a democracia.

Depois o período onde se pretende fazer este debate, é um período a seguir à apresentação do orçamento, porque tal como hoje foi apresentado um documento com inúmeras páginas e é impossível 48 horas antes receber um documento com 500 páginas e achar-se que, realmente, se vai fazer uma análise e discutir o orçamento. Isto vem a seguir e até ajuda a preparar o período seguinte.

João Luz (CDU) – Deve haver, de facto, alguma confusão, porque a proposta que aqui está não nos sugere que a realização deste debate seja feito a seguir a apresentação do orçamento. Devemos estar a ver propostas distintas, porque não é nesta altura do ano que vamos discutir esse documento.

Já agora dizer que em algum momento disse que, a realização de mais debates, enfraqueceriam o debate e o escrutínio, aquilo que disse e que reafirmo nesta assembleia é que a criação deste modelo enfraquece a discussão nos períodos onde ela deve existir e onde ela já está prevista. Mais, promove a discussão sobre o Estado do Município sem ter por base um documento que sustente essa discussão. Aquilo que se está aqui a propor é uma discussão em que cada um, com todo o direito de colocar as suas opiniões, as suas sensações e sensibilidades sobre aquilo que se passa no município, não está a discutir o Estado do Município, porque a discussão do Estado do Município e a avaliação concreta e crítica daquilo que é feito, é feita com base em documentos, em dados, em relatórios e contas, em prestação de atividades, não é feito num debate desta natureza e esta é a dúvida de fundo que temos e insistimos quanto a esta proposta que aqui está.

Estavam ausentes da Sala de Sessões duas deputadas da CDU, Marlene Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Paulo (Presidente das Freguesias de Azeitão).

Presidente da Mesa – Estamos aqui a discutir a alteração do regimento com a inclusão no art.º 22-A, com a redação que consta da proposta, independentemente dos considerandos, é esse o resultado objetivo da votação que vai ser feita se a proposta for aprovada.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada com maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 15 votos contra da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

6. **Deliberação n.º 05/2022/AM – Eleição de quatro cidadãos eleitores para representação municipal na CPCJ de Setúbal** (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40)

Presidente da Mesa – Temos que eleger quatro cidadãos para representar a Assembleia na CPCJ e ainda vamos ter que o fazer outra vez neste mandato, porque os mandatos da CPCJ são de três anos, e em 2023 termina o mandato que começou em 2020.

Temos a Yolande Cloetens que está ainda no seu mandato na Assembleia, mas vai terminar e os outros três membros que podiam estar no exercício perderam o mandato por faltas. É esta a informação da CPCJ, portanto, temos que voltar a eleger as pessoas para a comissão e em 2023 voltamos a ter que fazer o mesmo. Neste mandato ainda faremos outra eleição para esta comissão.

Conforme está determinado, são os quatro nomes desses que estão aí propostos, cada deputado apenas pode votar até quatro nomes, ninguém é obrigado a votar em quem não quer, mas o limite são quatro, o boletim que tiver cinco votos, naturalmente, será anulado. Ponham só quatro cruces, por favor, se tiver mais de cinco, já não se pode determinar quais são os quatro preferidos, portanto, só até quatro nomes.

Nomes votados:

- A – Carla Sofia Oliveira (CH) – 8;
- B – Maria Madalena Marques (BE) – 23;
- C – Teresa Andrade (PS) – 37;
- D – Yolande Cloetens (CDU) – 30;
- E – Paula Soeiro (PSD) – 36.

Presidente da Mesa – Foram apurados os quatro mais votados, Maria Madalena Marques, Teresa Andrade, Yolande Cloetens e Paula Soeiro, para fazerem a representação da assembleia na Comissão de Proteção de Jovens e Crianças em Risco.

Nuno Gabriel (CH) – Senhor Presidente, obviamente que respeito os resultados da votação, não podia ser de outra forma, isto foi alvo de diálogo na Comissão Permanente, não se chegou a um acordo de cavalheiros, como muitas vezes tem chegado e se tem verificado, nomeadamente no mandato anterior, que a nomeação ou a indicação para pertencer a esta comissão seria pelos quatro partidos mais votados. Novamente digo que respeito, era algo que este partido não faria, respeitaria esta forma que tem sido feita, terei menos disponibilidade no futuro, e sabemos o contexto da Comissão Permanente, aliás deixarei de ter qualquer participação em quaisquer acordos de cavalheiros, porque não compreendo e era algo que não faríamos, mas isto tem a ver com a forma como cada partido e não me admira, vindo de quem vem, do partido que vem não me admira, mas respeito obviamente e a partir daí cada um tire as suas conclusões.

Presidente da Mesa – Senhor deputado, não é propriamente sobre uma votação, por voto secreto, oportuno uma declaração de voto.

Estava a dirigir a Comissão Permanente e recordo-me bem desta discussão e foi dado qual o método e foi a sugestão dos quatro mais votados, se houvesse quatro eram só quatro, mas lembro-me perfeitamente destes esclarecimentos que todos fizemos, é que não se pode impedir nenhum grupo municipal e nem nenhum deputado municipal de apresentar propostas e a votação terá que ser secreta e temo-nos que sujeitar a isso.

Nuno Gabriel (CH) – Mas entende que se fossem só quatro nomes a voto, tudo estaria definido e acho que isso todos compreendemos e não preciso de dizer mais nada. É com muita pena e lamento que assim tenha acontecido, mas não faço disso um bicho de sete cabeças, apenas quis manifestar a minha opinião.

7. Deliberação n.º 06/2022/AM – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Desporto

Presidente da Mesa – Foi comunicado que o deputado Luís Maurício se retiraria da lista de votações à candidatura para o Conselho Municipal do Desporto. Estão dois nomes propostos e não contará o nome do deputado municipal Luís Maurício nessa lista, ficando só um nome à votação, o candidato Simão Calixto (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41).

Paulo Lopes (PS) – Fizemos chegar aos serviços o nome de Faisal Sulemangy Aboobakar pelo Partido Socialista.

Presidente da Mesa – Peço desculpa, sim está no boletim. Há três nomes, mas só dois é que estarão a votação.

Houve uma pequena interrupção.

Presidente da Mesa – Senhores deputados, levantou-se agora aqui uma dúvida existencial para o Conselho Municipal de Desporto.

O Conselho é composto por um representante da Assembleia Municipal e a dúvida que se coloca é se é um representante eleito na Assembleia Municipal ou se pode ser um representante externo. Um dos nomes propostos é um representante externo e para tirar dúvidas e não andarmos para a frente e para trás, a proposta que faria era cancelar esta votação, apurar o sentido da interpretação que está no Regulamento

Municipal de Desporto, concluir se é mesmo um membro da Assembleia Municipal que tem que ser eleito ou se poderá ser alguém, em nome da assembleia, mandatado pela assembleia para integrar o conselho. A frase é “o representante da Assembleia Municipal”, significa que é um representante através de um eleito da assembleia ou é um representante que poderá ser um cidadão que representa a assembleia sendo eleito por ela. Para tirar esta dúvida e clarificar os termos do regulamento, proponho que se anule esta eleição. Não se contando os votos, os quais serão destruídos sem se contar, e na próxima assembleia faremos a eleição, até porque este Conselho já teve uma reunião, mas as reuniões são esporádicas, a próxima está prevista daqui a mês e meio, dois meses.

Acrescento aqui a informação que está solicitada pelo executivo municipal, a realização de Assembleia Extraordinária no dia 11 de março, que é para um assunto ou dois e nessa altura poderemos fazer esta eleição já com o esclarecimento ou pelo menos com a consensualização de uma interpretação.

Fica cancelada esta eleição, estes boletins que estão aí não vêm a luz do dia, são anulados, e faremos uma nova votação no próximo dia 11 de março, se for essa a data a confirmar-se da próxima Assembleia Extraordinária.

Rui Lamim (PSD) – Senhor Presidente, caros deputados municipais, isto parece quase surreal e será de todo surreal. A dúvida surge depois de termos colocado os votos na urna? Que momento extraordinário para colocar esta dúvida e para solicitar a anulação da eleição. Que momento extraordinário, Sr. Presidente!

Presidente da Mesa – Se não está de acordo, proponha à assembleia que se contem os votos.

Rui Lamim (PSD) – Não, não! Houve aqui uma proposta e estou a manifestar-me contra essa proposta e estou a criticar o porquê da solicitação ou da moção ou do anúncio de que há uma dúvida e não podemos fazer ou não devemos fazer a eleição, depois de os votos terem sido colocados na urna? Que momento extraordinário.

Presidente da Mesa – Posso responder? Se o senhor deputado soubesse que um dos proponentes foi apresentado imediatamente antes do início da sessão, compreenderia que o problema não se poderia ter colocado antes.

O problema foi que um dos candidatos foi apresentado até ao início da sessão e não podíamos antecipar o problema, mas um dos candidatos que vem não é membro da assembleia e como é que se interpreta, em regra, o artigo do Regulamento do Conselho Municipal de Desporto que diz que é um representante da assembleia. Se o senhor tem uma ideia firme, diga, por favor, como é que é a sua interpretação e se a assembleia considerar que é essa a boa interpretação unanimemente ou por maioria está o assunto resolvido, porque a assembleia, em última instância, delibera sobre as interpretações do regimento.

Rui Lamim (PSD) – Senhor Presidente, não está em questão a pessoa que sair da eleição ser ou não ser de acordo com uma certa interpretação da lei, não é isso.

Presidente da Mesa – É isso, é.

Rui Lamim (PSD) – Não, não é isso Sr. Presidente. O que está em questão é uma outra coisa, é a integridade de um ato, a integridade de uma votação. Os boletins foram elaborados, todo o mundo sabia as pessoas que estavam naqueles boletins, os quais foram distribuídos e foram preenchidos por cada um de nós e os boletins foram colocados na urna e chega-se ao momento de os retirar da urna e não se contam porque há uma dúvida. Isto é alucinante. Eu protesto, muito sinceramente que este ato não chegue até ao fim. Pode chegar até ao fim e pode ser indicado uma pessoa que, pela lei e pela melhor interpretação da lei, até posso concordar com ela ou podemos concordar com ela, não é válida, mas este ato, esta votação deve chegar até ao fim.

Deve chegar até ao fim, porque trata-se da integridade de uma votação e sinto-me muito mal e vocês, também, se devem sentir, porque andamos nesta história de votar há uma data de anos e cada um tem um voto e esse voto conta. Já bastou a brincadeira que se passou com os votos dos emigrantes, que muitos deles foram para o lixo, o que é uma vergonha nacional de todos. De todos! E não fazer aqui, nesta assembleia, algo menor, a mesma situação, porque o voto foi colocado e será contado, se é válido ou não...

Presidente da Mesa – Está perfeitamente entendido o seu ponto de vista, o qual é apenas 50% de todas as alternativas que temos, ou concluímos a votação e verificamos a legitimidade posteriormente ou não fazemos o apuramento da votação e anulamos a votação antes dos resultados serem conhecidos, sem ofensa a ninguém. Não se pode dizer que frustração em ter sido eleito, mas agora verifica-se que não há legitimidade para isso. Sem chegar a esse ponto, anulamos e vai se consensualizar primeiro, apurar a interpretação correta e eleger a seguir sem dúvidas.

O senhor deputado entende que deve chegar ao fim e tiram-se as dúvidas depois, e perante esta opção clara, são as duas únicas que há, que a assembleia vai decidir o que se faz, porque a assembleia é soberana quanto às interpretações do regimento e às dúvidas e omissões que existam. Ou se vota, conclui-se e tiram-se depois as dúvidas que houver, ou tiram-se primeiro as dúvidas e não se contam os votos da votação para que não haja suscetibilidades.

Vanessa Silva (CDU) – Lamentamos, de facto, estarmos nesta situação, porque cada um de nós tem responsabilidade de quando se propõe vir para a Assembleia Municipal procurar ter todos os elementos que nos permitam tomarmos as deliberações e votarmos de acordo com aquela e os regimentos.

Há um regulamento do Conselho Desportivo Municipal e há uma dúvida sobre quem é que pode ser o representante da Assembleia Municipal. Vou-vos dizer que, na minha opinião, não há dúvida, porque a lei e os regulamentos quando querem que a Assembleia Municipal, e podemos verificar isso em várias situações, indique um cidadão, dizem-no, não dizem um representante da Assembleia Municipal, portanto, acho que podemos fazer essa verificação. Julgo que hoje não vamos ter condições de o fazer, podemos desenvolver todo um processo até ao final e apurar os resultados de algo que não devia ter sido sequer admitido ou então podemos corrigir, desde já, o erro, permitindo à Comissão Permanente fazer essa verificação e trazer à Assembleia Municipal com a conformação que for adequada sem ter que estar a expor os votos. Aliás, até é capaz de haver aí uma máquina de destruir papel onde possam ser destruídos os votos aqui à frente de todos. Não precisamos de saber este resultado.

Julgo que se atalhava caminho e fazia-se a verificação da conformidade dos requisitos para apresentação de candidatura e depois votávamos de acordo com os requisitos que estiverem no regulamento.

Paulo Lopes (PS) – Em primeiro lugar, quero dizer que compreendo a intervenção do deputado municipal Rui Lamim, não é fácil estar no meio de um procedimento e de repente surge uma dúvida e agora anula-se, não tem a ver com o resultado em si, tem a ver com a forma e, portanto, estou inteiramente alinhado no sentido de que isto é uma situação muito anómala.

Por outro lado, acho que piora a situação se abrímos a urna, contarmos os votos, o resultado são dois candidatos, há uma força política que vai sempre achar que se anulou ou que a decisão a seguir vai ao encontro de uma maioria que resulta dos votos e, portanto, levanta-se uma dúvida ainda pior.

Escolhendo o mal menor, e assumindo que foi a bancada do PS que indicou o nome e que tem uma interpretação diferente e que vai ser devidamente esclarecida, julgo que o melhor era mesmo os votos serem destruídos, não tem que ser necessariamente aqui, mas qualquer elemento da bancada pode ir assistir no fim da reunião à destruição para não haverem dúvidas que há uma interpretação à posteriori a favorecer determinado candidato. Julgo que isso seria ainda pior, é escolher o mal menor, que é o que fazemos, muitas vezes, em democracia.

Presidente da Mesa – Senhor deputado Rui Lamim peço que tome a melhor atenção e consideração por esta intervenção, porque é completamente inaceitável fazer uma interpretação depois de conhecer o resultado. Estar a fazer uma interpretação depois de conhecer o resultado vai criar condições muito difíceis e suscetíveis de cada um a puxar para seu lado.

Deve ser feita a interpretação e assente antes de se saber o resultado e assim há isenção completa, depois o resultado é o que for, mas já é numa base consensualizada, saber qual é a interpretação exata, se não fizermos isso e interpretar depois, cada um puxará para seu lado e isso não me parece nada bom.

Esta posição julgo que é contornável, há que interpretar e levantam-se as dúvidas no momento em que se levantam, ninguém escolhe, mas isto está bem claro e vamos votar a decisão sobre o que fazer. Anula-se a votação antes de conhecer o resultado ou faz-se e esclarece-se depois.

A Assembleia legitimamente deliberou o que fazer, em caso de dúvida nesta votação, vamos anular os votos, vamos retirar as dúvidas, esclarecer os termos do regulamento do Conselho Municipal de Desporto e fazer conforme for o consenso da interpretação obtido.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três hora e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco de fevereiro, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, contém quarenta e uma folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.